



PEDRO BARROS, PRESIDENTE DA PRÓ EMPRESA

A transformação digital das empresas é inevitável

//12 a 14



ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Patrões querem máquina do Estado mais ágil. Sindicatos apresentam reivindicações

//6

MINISTRO HÚNGARO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS EM CABO VERDE

Vacinas e cooperação marcaram a agenda

//7



JAIR FERNANDES
PRESIDENTE DO IPC

“Mais do que trazer novos projectos é preciso consolidar e reposicionar o sector”

//18 - 19

PROGRAMA DO GOVERNO

Menos pobreza e mais oportunidades num Cabo Verde mais resiliente

//4 - 5



COVID-19 fez aumentar produção de oxigénio medicinal em Cabo Verde

//8 - 9



EDITORIAL

Plano credível para construir o futuro

Humberto Cardoso

A pandemia da Covid-19 poderá estar a aproximar-se do seu término. Em alguns países já se respira ares de normalidade e se fazem planos de regresso ao trabalho fora de casa, de viagens ao estrangeiro e de participação em actividades culturais, desportivas e outras que atraem multidões. Está-se, porém, longe de dar como garantido o regresso ao que era habitual. A vacinação ainda é muito desigual num mundo altamente conectado que deixa todos expostos a surtos repentinos em qualquer ponto do globo. Também a enorme exposição de pessoas ao coronavírus abre o caminho para o aparecimento de mutações que além de se revelarem mais transmissíveis e eventualmente mais letais permitem ao vírus contornar as vacinas pondo em causa o esforço de imunização das pessoas. E ainda não é de se desprezar o número considerável dos que duvidam e se opõem às vacinas e com essa atitude criam e mantêm um espaço onde o vírus pode circular, mutar e, de um momento para outro, saltar para a população.

Apesar das incertezas que se mantêm e a realidade de se poder vir a enfrentar novas vagas de covid-19 acompanhadas de recuos no progresso em direcção à norma-

lidade, não se pode deixar de pensar no futuro e em tentar resolver os graves problemas criados pela crise pandémica levando à perda de emprego e à perda de rendimento para muita gente em todos os países do mundo. Contudo, agir não significará simplesmente retomar o fio do que antes se fazia. Aliás, nem é fazer o mesmo, nem se pode esperar que tudo será resgatável ou até mesmo que as actividades possíveis possam ser retomadas em pleno no imediato. Compreender isso é fundamental, por um lado, para temperar as expectativas de regresso rápido aos níveis de crescimento anteriores e, por outro, para utilizar os recursos existentes com eficiência e eficácia mais apuradas para minimizar o impacto da crise nas pessoas e na economia e preparar o futuro.

Transformações importantes aconteceram nas relações comerciais e na forma como os países vêem a globalização. Rivalidades hegemónicas assumidas, em particular, entre os Estados Unidos e a China e derivas nacionalistas na forma de “*políticas industriais*” adoptadas por vários países e blocos económicos já indiciam que mudanças a nível global afectando a produção e a circulação de bens e serviços e a movimentação de capitais pode-

rão ter carácter permanente. Navegar nesse novo oceano de interesses não será fácil, em particular, quando comportar a exigência de escolher o lado a seguir, seja em matéria de tecnologia, seja de opções de investimento e até de vacinas. Mas nem tudo será mau.

Do lado positivo para os países em desenvolvimento o fim da pandemia traz no seu seio a possibilidade de que taxas elevadas de crescimento nos países ricos tenham forte impacto em particular nas exportações e no turismo, dinamizando o resto da economia. Também o facto de a Covid-19 ser global obriga a que para a vencer definitivamente se tenha que, a par de acções de vacinação, ajudar os países mais vulneráveis na retoma da economia para poderem efectivamente combater a pandemia. Nesse sentido e, de acordo com Martin Wolf no Financial Times, é grande a perspectiva de que um volume enorme de recursos financeiros em forma de doações, empréstimos concessionais e perdão da dívida externa poderá constituir um autêntico “*maná para os pobres*”. Acrescenta ainda que tal sorte grande só será proveitosa se for *para apoiar os governos que têm planos credíveis para recuperar o terreno de desenvolvimento*

perdido e que não se *tente comprar reformas via condicionalidade*.

O vice-primeiro-ministro Olavo Correia, na semana passada, colocou em cinco mil milhões de euros o financiamento que Cabo Verde precisa investir nos próximos dez anos. Para o ministro “*sem uma solução para a dívida pública actual, dificilmente [Cabo Verde] conseguirá fazer investimentos em sectores da saúde, água, saneamento, qualificação urbana e do fomento empresarial*”. Para Cabo Verde, como para os outros países endividados e vulneráveis, o problema é se, conseguido o perdão ou a reestruturação da dívida, o financiamento que daí resulta irá para implementação dos tais *planos credíveis* referidos por Martin Wolf. Aliás, trata-se de um verdadeiro dilema com que a generalidade dos países se deparam – sejam eles ricos da União Europeia nas vésperas de aceder a biliões em ajuda pós-pandémica ou pobres à espera de perdão da dívida – sempre que estão em vias de receber investimentos massivos destinados ao desenvolvimento.

Não há garantia que os recursos serão usados para construir o futuro ou se serão destinados para o “*mais do mesmo*”, desperdiçados

em projectos de estimação ou dissipados em devaneios ideológicos e jogadas de poder. Da qualidade do debate democrático a começar pela apreciação do programa do governo no parlamento e posterior discussão e aprovação do orçamento do Estado irá depender muito do que de produtivo e eficaz se vier a fazer dos financiamentos conseguidos. Objectivos, estratégias e prioridades terão que ser discutidos e assumidos. Não se pode é ficar pela proverbial “*lista de lavanderia*” de medidas ou listagem sem encadeamento, sem um tempo próprio para implementação e sem uma orientação para resultados.

De se evitar também é a *condicionalidade* de que fala Martin Wolf. Segundo este economista *comprar reformas com condicionalidade quase nunca funciona*. O problema é que quando instalado o hábito de se deixar condicionar pelas prioridades “*du jour*” dos doadores para poder obter financiamento reformas não acontecem, recursos são desperdiçados, vulnerabilidades persistem e o futuro fica comprometido. Permitir que isso aconteça outra vez não é aceitável. Depois da pandemia e com as incertezas no horizonte seria de uma irresponsabilidade sem paralelo.



Ficha Técnica:

Propriedade: Média Comunicações SA // **Director:** Humberto Cardoso // **Director-Adjunto:** António Monteiro
//Redacção Praia: André Amaral, Dulcina Mendes, Jorge Montezinho, Sara Almeida e Sheilla Ribeiro // **Paginação:** Jaime Garcia, Heder Soares
//Colunistas/Colaboradores: Adriana Carvalho, Eurídice Monteiro, José Almada Dias, Manuel Brito-Semedo, César Monteiro // **Cartoonista:** Yuran Henrique
Contactos: PBX: 261 98 07 • Fax: 261 98 08/261 96 91 • Direcção: 261 98 05 • Comercial: 261 98 08/262 27 92 // **E-mail:** jornal@expressodasilhas.cv
Site: www.expressodasilhas.cv • **Sede:** Avenida OUA, N.º 21, ASA, Praia – Cabo Verde • **CP** 666 • **Tiragem:** 3.000 exemplares • **Impressão:** Tipografia Santos

CAMPEONATO AFRICANO DE ANDEBOL

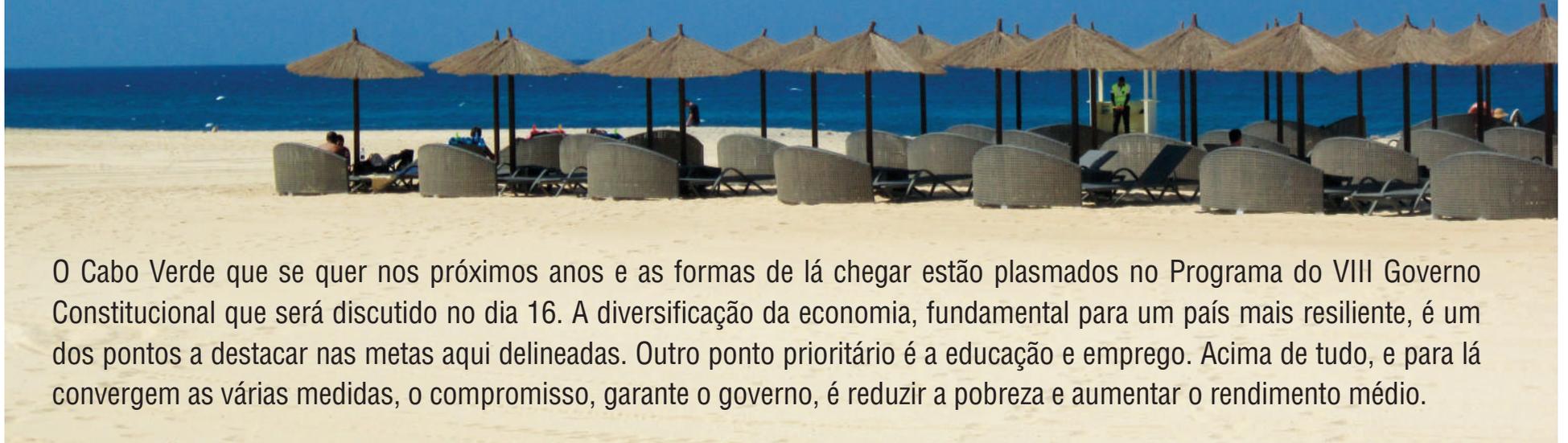
APOIAMOS A NOSSA SELEÇÃO FEMININA DE ANDEBOL



CVMóvel

Patrocinador Oficial

Menos pobreza e mais oportunidades num Cabo Verde mais resiliente



O Cabo Verde que se quer nos próximos anos e as formas de lá chegar estão plasmados no Programa do VIII Governo Constitucional que será discutido no dia 16. A diversificação da economia, fundamental para um país mais resiliente, é um dos pontos a destacar nas metas aqui delineadas. Outro ponto prioritário é a educação e emprego. Acima de tudo, e para lá convergem as várias medidas, o compromisso, garante o governo, é reduzir a pobreza e aumentar o rendimento médio.

Sara Almeida

O Programa do VIII Governo Constitucional é estabelecido à volta de 5 eixos principais, e neles aparece, directa ou indirectamente, um compasso de quatro tempos: o pré-pandemia; o presente; as estratégias de relançamento e o pós-pandemia.

Neste contexto, a curto prazo, como salienta o governo (na Moção de Confiança), as prioridades são: “a protecção da saúde, do emprego, do rendimento e das empresas; a massificação da vacinação; a retoma e o relançamento da economia e o alívio da dívida externa”.

Olhando mais ao pormenor, o instrumento da acção governamental para os próximos cinco anos, começa pelo global: “Cabo Verde no Mundo”.

Cabo Verde deve posicionar-se no Sistema Mundial como um país seguro e com alianças fortes para a defesa e segurança marítima, cibersegurança e crimes transnacionais, aponta o governo.

A nível diplomático, o governo vai promover a capacitação contínua e especializada dos quadros e será promovida uma interacção mais intensa entre Economia e Diplomacia.

Nesta secção “global”, é de

sublinhar ainda a centralidade que se pretende dar à Diáspora, tanto do ponto de vista económico, como cultural.

Educação, emprego e inclusão

O segundo ponto propõe um “Cabo Verde empreendedor, inclusivo e social”. A visão é “transformar Cabo Verde num país de oportunidades para os jovens através de educação inclusiva e de excelência” e da qualificação para a empregabilidade. Ao mesmo tempo, pretende-se criar um “ecossistema favorável ao empreendedorismo”.

Educação e empregabilidade, são instrumentos também para uma vida mais próspera. Quer-se, pois, um país que proporcione e crie as bases para a ascensão económica e social, prevenindo-se uma discriminação positiva, nomeadamente em termos de políticas dirigidas aos mais vulneráveis.

No que se refere aos jovens em particular, o objectivo geral é qualificá-los para o emprego e o empreendedorismo. Para tal, é apresentado um conjunto de metas e várias iniciativas já em curso serão reforçadas ou adaptadas aos novos contextos.

Assim, as propostas vão no sentido de reduzir o NEET (jovens fora da educação, do em-

prego ou da formação), o desemprego jovem e promover e apoiar a capacidade produtiva desses jovens.

A nível dos NEET, o objectivo concreto é reduzir dos actuais 58 mil, para 20 mil até 2026 os jovens nessa situação.

Será reforçada a qualificação profissional, a formação, e agilizado o acesso a recursos (incluindo créditos) para apoiar iniciativas. O investimento nos estágios profissionais (iniciado em 2018) vai também continuar.

Na educação, propõe-se igualmente dar continuidade às medidas já em curso e consolidar ganhos já alcançados. Vai continuar a reforma do ensino básico, arrancando agora a do ensino secundário (começando pelo 9.º ano), na qual está incluída a “reestruturação do modelo organizacional e de autonomia das escolas técnicas.”

A nível do ensino superior é de destacar a revisão da legislação que o regula e uma maior aposta na Investigação.

Acabar com a pobreza extrema

De 2016 a 2019 (pré-pandemia), de acordo com dados citados, o rendimento per capita aumentou, bem como a massa salarial do INPS e da função

pública e o consumo das famílias também cresceu.

Mas a pobreza ainda é um problema real, e agravou-se com a pandemia. E a inactividade, a exclusão e a precariedade, continuam igualmente a condicionar “o nível e a qualidade do rendimento das famílias.”

Uma das principais metas constantes no programa do governo é transformar Cabo Verde num país sem pobreza extrema e reduzir a pobreza em geral.

No combate à pobreza, complementa a Moção, um “forte pacote social dirigido às famílias em situação de pobreza extrema e economicamente vulneráveis será implementado como prioridade”. O pacote abarca “o alargamento do acesso ao rendimento” (nomeadamente RSI e pensão social), a cuidados (idosos e outra população vulnerável), “à educação, à formação, à inclusão produtiva, à saúde, à segurança social e à habitação condigna”.

Entretanto, quer-se também um país com menos assimetrias regionais. Aliás, a aposta na coesão territorial é vista como uma estratégia intimamente relacionada com a redução de pobreza e criação de oportunidades sociais e económicas, e assume-se como um dos grandes objec-

tivos do programa governamental.

O governo pretende ainda desenvolver a economia social e solidária, sendo que entre as medidas contempladas está a aprovação do Código Cooperativo e do Código das Mutualidades de fins sociais (que complementa o sistema Nacional de Protecção Social).

Saúde

Em contexto pandémico, a saúde “ganha particular centralidade”. Mas esse destaque dado ao sector prende-se igualmente pelo reconhecimento de que a saúde é fundamental para o “desenvolvimento sustentável do ponto de vista da qualidade de vida das pessoas e da economia”.

No que respeita em particular à covid, “Cabo Verde tem respondido bem e feito um bom combate”, avalia o governo. O objectivo é continuar a combater a covid-19, através de medidas já em curso e, destacadamente através da massificação da vacinação (70% da população até final de 2021), que é assumida como essencial para a retoma económica.

No programa estão também elencados investimentos (alguns já em curso) em infra-estruturas para os próximos 5 anos, e outras iniciativas,



como o Sistema de Informação Sanitária, que inclui a receita electrónica e o cartão de saúde do cidadão (com co-financiamento do Banco Mundial).

Ainda no âmbito da saúde serão criados: o Instituto de Emergência Pré-Hospitalar, o Instituto de Sangue e Transplantação e um Centro de Treinamento e Simulação para os Profissionais de Saúde. E há a destacar a maior aposta na complementaridade entre o SNS e o sector privado, que passará, também, por Parcerias Público Privado (PPP), particularmente no sector do turismo. A EMPROFAC, entretanto, será privatizada.

Economia

Na secção “Cabo Verde resiliente e com economia diversificada” mostra-se a visão do governo para a sua concretização.

Cabo Verde viveu três anos de secas severas, mas, como refere o documento, a economia cresceu a um ritmo de 5% até 2019. A partir de 2020, os impactos “brutais” da pandemia de covid reverteram o quadro (queda de mais de 70% nas receitas do turismo, uma recessão económica de 14%, aumento da dívida pública para 150% do PIB).

A par destas crises concretas, é de lembrar que as mudanças climáticas são uma ameaça real para Cabo Verde.

“Aumentar a resiliência do país e diversificar a sua economia para reduzir a vulnerabilidade a choques externos, é a condição fundamental para atingir o desenvolvimento sustentável numa perspectiva de longo prazo”, reconhece o governo.

Para tal, serão reforçadas as condições favoráveis ao investimento e ao crescimento económico.

É destacada a importância da política orçamental, e em particular de medidas que permitam reduzir a dívida pública (o objectivo a médio prazo é reduzir o rácio da dívida pública/PIB para menos de 100%).

Em termos fiscais, a meta é elevar as receitas fiscais a 24,6% do PIB em 2026, criando-se condições para melhorar a eficácia tributária. Assume-se

também a “melhor racionalização das despesas públicas”.

Entretanto, no intuito de transformar Cabo Verde num país de oportunidades de investimentos, o governo garante que vai “reforçar a competitividade fiscal”, promovendo o empresariado nacional, e facilitando o investimento directo estrangeiro. Nesse sentido está prevista a Revisão do Código de Benefícios fiscais, do Código do IVA e ainda dos códigos aduaneiros.

O governo programa ainda consolidar o ecossistema de Financiamento da Economia para fomentar o empreendedorismo, o crescimento e o desenvolvimento de empresas (das micro, às grandes). Serão, nesse campo, consolidados o Fundo Soberano de Garantia do Investimento Privado e o Fundo Soberano de Emergência. Ao mesmo tempo, e na resposta contra o impacto da covid, será criado o “Fundo de Impacto, com um montante de 10 milhões de euros, com financiamento do Banco Mundial e da USAID Trade HUB, orientado para apoiar as PME’s na mitigação e recuperação dos efeitos da pandemia”.

Transportes e turismo

“Melhorar a conectividade, a mobilidade e os transportes” continua a ser uma meta, sendo que neste sector se vão essencialmente manter as directivas já tomadas.

Nos transportes marítimos, no entanto, o contrato de concessão celebrado com a CV INTERILHAS, SA, será alvo de uma revisão, que aliás já está em curso.

“O Governo procederá à privatização dos serviços portuários por via de licenciamento”, lê-se ainda nesta secção.

No que toca ao turismo, que é, como se sabe, responsável por cerca de ¼ do PIB caboverdiano e foi também um dos sectores mais afectados pela pandemia da covid, este é colocado em destaque no Programa.

“O Governo tem o relançamento do turismo na primeira linha de prioridades, ao lado da saúde e das medidas de



proteção social”, assinala o Programa.

Duas vertentes principais ditam as medidas para este sector: a questão sanitária – com a vacinação dos actores do sector, a continuação e reforço do Programa de Segurança Sanitária e selo BIO&SAFE – e a questão económica, com o lançamento de um pacote de medidas extraordinárias para apoiar a retoma e o relançamento dos negócios das empresas.

Entretanto, nesta legislatura o governo materializará o Programa Operacional do Turismo, que promove um turismo sustentável, resiliente, diversificado e a desconcentração da oferta turística.

Como meta, o Governo propõe atingir até 2026, uma procura não inferior a 1,2 milhões de turistas.

Entretanto, depois da instalação do Ministério da Economia Marítima em São Vicente, uma das novidades que o programa que vai reger o país nos próximos 5 anos traz é a relocação do Ministério do Turismo e Transportes da Praia, para o Sal.

A decisão dá seguimento, como se lê no documento, “à opção tomada relativamente ao Instituto do Turismo [sede no Sal] e à opção de criação da Zona Exclusiva de Economia Aérea com sede no Sal”.

Economia Verde

Na Economia Verde, olha-se a transição energética para reduzir a dependência do país dos combustíveis fósseis e criar um mercado para a indústria e serviços de energias

renováveis.”, refere a Moção de Confiança.

Em termos de metas concretas, pretende-se “atingir 30% de produção de energia eléctrica a partir de fontes renováveis até 2025.” A transição já está em curso, na verdade, e será acelerada, através de políticas, medidas e investimentos.

Nos transportes, será implementada a Carta de Política para a Mobilidade Eléctrica e visa-se até 2026 a substituição de ¼ da frota nacional por veículos eléctricos.

Importante também no Programa é a privatização da Electra, que será “dividida em duas sociedades – de produção e de distribuição de electricidade”.

Na agricultura, destaca-se a questão da escassez água e do solo. Assim, entre as medidas previstas está a massificação da dessalinização de água salobra e a reutilização das águas residuais tratadas na agricultura.

Economia Azul

A Economia Azul vê-se reforçada enquanto aposta, e é definida “como fonte de recursos e de oportunidade de negócios na actividade portuária, nas pescas, na aquacultura, na reparação e contracção navais, no *bunkering* e na indústria do turismo ligado ao mar.”

Várias iniciativas e medidas na legislatura anterior que deverão agora continuar e consolidar-se. Entre elas está, por exemplo, a Zona Económica Especial Marítima em São Vicente. A investigação no sector também será reforçada, bem como as ações de fiscaliza-

ção marítima das águas nacionais e da actividade de pesca.

Pretende-se ainda reforçar as condições para a modernização da frota nacional através de mecanismos de financiamento e de incentivos.

Economia Digital

Este é outro sector em que se pretende continuar uma forte aposta, mantendo-se a visão de Cabo Verde como uma Plataforma Digital.

Como refere o programa, o Governo implementará a Estratégia Digital de Cabo Verde, que “está sendo cofinanciada por fundos do Banco Mundial, no valor de 30 milhões de dólares, por 5 anos.”

Vai ser criada uma Zona Económica Especial para Tecnologias (ZEET) na Cidade da Praia, e os Parques Tecnológicos da Praia e de S. Vicente vão ser operacionalizados.

E “o Governo fará da internet um bem essencial e aumentará a literacia digital”, salienta ainda o Programa.

Segurança, Justiça e Direitos Humanos

É também visão do programa 2021-2025 um Cabo Verde Seguro e com justiça efectiva.

Assim, “o Governo dará, também, continuidade de reformas na promoção dos direitos humanos, na cidadania, no reforço da administração da justiça e redução da morosidade na sua realização, na protecção dos direitos dos cidadãos e na garantia ao cidadão do acesso à justiça e ao direito”, resume a Moção de confiança.

Patrões querem máquina do Estado mais ágil. Sindicatos apresentam reivindicações

Edna Oliveira subiu a ministra. Câmaras de Comércio e sindicatos da administração pública posicionam-se.

Nuno Andrade Ferreira*

Patrões e trabalhadores estão satisfeitos com a criação de um ministério dedicado à Modernização do Estado e da Administração Pública. Os empresários pedem menos burocracia e foco nos cidadãos e empresas. Os sindicatos esperam resolver os pendentes nas carreiras.

Jorge Maurício, presidente da Câmara de Comércio de Barlavento (CCB), realça a importância de um Estado orientado para os resultados.

“Temos que pensar o Estado como um elemento que está voltado para satisfazer os interesses e as necessidades do país, dos agentes económicos, dos indivíduos, das famílias e empresas. Isto é que é importante, não é a administração pública ou uma reforma de processos internos, por si só. É reformar internamente, definir melhor os processos, orientados para resultados. Um Estado mais regulador, mais fiscalizador e menos interventivo. Um Estado com uma cultura facilitadora, que cumpra prazos, que cumpra a relação contratual em tempo útil com todos os agentes económicos, que não seja um estado bloqueador”, resume.

Para que a mudança aconteça, há que alterar a lógica de funcionamento das próprias instituições e a mentalidade dos servidores públicos, considera o líder associativo.

“A sensação que nós temos é que o Estado está sempre em reformas, mas não as sentimos. De que tipo de reforma é que se fala? É preciso objetivos claros. A implementação de reformas objectivas, que tragam resultados, começa em casa, em processos internos,



com recursos humanos valorizados, motivados para prestar um bom serviço”, refere o presidente da CCB.

A sul, o secretário-geral da Câmara de Comércio, Indústria e Serviços de Barlavento (CCISS), José Luís Neves, sublinha que “o diálogo [com o Governo] tem sido bom nos últimos anos”, acrescentando que há sempre espaço para melhorar. Reduzir burocracias e acelerar mudanças, muitas delas já socializadas com os empresários, são prioridades.

“Pensamos que um eixo importante passará pela integração dos vários serviços e dos vários processos. Os empresários, para tratarem dos seus assuntos, ainda têm que se deslocar a vários departamentos. O Estado é uno, portanto, em pleno século XXI, não há necessidade de os empresários terem que andar com papéis, a

deslocar-se para vários departamentos, com um único agente, que é o Estado”, comenta.

José Luís Neves ambiciona uma administração pública “moderna” e “virada para servir os cidadãos e as empresas” e recorda que esse é um factor de competitividade.

“Já se fez muita coisa nos últimos anos, há reformas em curso com vista à modernização da administração pública e redução das burocracias, mas pensamos que os desafios ainda são enormes, tanto a nível da administração fiscal, apesar dos avanços, como também nas alfandegas, só para citar alguns exemplos”, destaca o dirigente da CCISS.

Depois de, no anterior governo, ter sido Secretária de Estado para a Modernização Administrativa, Edna Oliveira ascende agora na hierarquia do executivo liderado por Ulisses Correia e Silva.

Formada em Direito e pós-graduada em Direito de Empresas e do Trabalho, a ministra da Modernização do Estado e da Administração Pública já foi vereadora da Câmara Municipal da Praia e passou pelo gabinete de Estudos, Legislação e Documentação do Ministério da Justiça. Conhece bem a máquina do Estado.

Sindicatos

Do lado dos sindicatos, estes esperam que os próximos cinco anos sejam voltados para os trabalhadores.

O secretário permanente do Sindicato dos Trabalhadores da Administração Pública ficou surpreendido com a falta de um Ministério do Trabalho. Apesar disso, Luís Fortes espera “ganhos” da tutela de Edna Oliveira.

“Deve ser uma legislatura

voltada para os trabalhadores e para a promoção de empregos. Não podemos deixar de manifestar a nossa surpresa, pela negativa, com o facto de o governo não ter um Ministério do Trabalho, de forma explícita. Esperamos que [isso] não venha minimizar a importante atenção que se deve dar às questões laborais. De todo o modo, deparamo-nos com o Ministério da Modernização do Estado e da Administração Pública, que era secretaria de Estado, e isso é de se louvar”, observa o sindicalista.

Uma nova lei de bases e alterações no Plano de Cargos Carreiras e Salários: reivindicações no topo da lista do Sindicato dos Trabalhadores dos Transportes, Comunicações e Administração Pública. Para a presidente, Maria de Brito Monteiro, este caderno já é do conhecimento da nova tutela.

“Neste momento, já estamos na fase de pedir ao governo que coloque sobre a mesa a proposta que tem, porque, para além das propostas que a secretária de Estado, na altura [num fórum sindical, em 2018], levou em mãos, também os sindicatos apresentaram um mão cheia de propostas”, recorda.

A descentralização administrativa, a contagem do tempo de serviço, a situação dos trabalhadores em regime de carreira e daqueles que estão em regime emprego, a precariedade laboral, eis alguns dos assuntos que vão passar pela agenda sindical ao longo do mandato que agora começa.

O novo governo tomou posse a 20 de Maio, formado por 28 membros, a maioria dos quais caras conhecidas do anterior executivo. **E**

* Lourdes Fortes e Fretson Rocha

Visita do ministro húngaro dos Negócios Estrangeiros

Vacinas e cooperação marcaram a agenda

O ministro dos Negócios Estrangeiros da Hungria entregou, esta terça-feira, a Cabo Verde 100 mil doses de vacinas contra a COVID-19.

André Amaral*

“O mundo está a lutar contra o coronavírus há um ano e meio e mesmo os países ricos têm sofrido bastante”, lembrou Péter Szijjártó, ministro húngaro dos Negócios Estrangeiros após o encontro que teve esta terça-feira de manhã com o Primeiro-ministro, Ulisses Correia e Silva.

O chefe da diplomacia húngara lembrou que a pandemia de COVID-19 deixou os sistemas de saúde de países “ricos e fortes” como os países do G7 “à beira do colapso”.

Por isso, defendeu, a “única solução é a vacina”.

No discurso que fez após a reunião com Ulisses Correia e Silva, Szijjártó explicou que este donativo a Cabo Verde surgiu porque o seu país foi “pioneiro na União Europeia na área da vacinação” e porque o governo húngaro considerou “a questão da vacina não como uma questão geopolítica ou ideológica”, mas sim como “um instrumento da salvação de vidas humanas”.

Com a Hungria a apostar agora nas vacinas produzidas pela Sinopharm e na vacina russa Sputnik (que ainda não recebeu aprovação da OMS) o país já tem “mais de 60% da



população adulta vacinada”.

“Este facto torna-nos capazes de ajudar também aos nossos amigos”, apontou Péter Szijjártó que disse igualmente que Cabo Verde e a Hungria têm “uma ligação estratégica, mas também de amizade”.

“Utilizem estas vacinas, apliquem-nas para proteger os vossos cidadãos, para poderem reabrir a vossa economia com a maior rapidez possível e retomar a vossa vida normal”, concluiu o ministro húngaro.

Reconhecimento e gratidão

“É nestes momentos que reconhecemos e fazemos distinção dos bons amigos, aqueles que nos momentos difíceis respondem prontamente. É nestes momentos que os valores da humanidade e da solidariedade se expressam com mais força”, afirmou o por sua vez Ulisses Correia e Silva.

“A distinção que nós fazemos é pelo facto de ser a maior doação recebida em Cabo Verde até ao momento. Cabo Verde agradece o gesto”, afirmou ainda o primeiro-ministro, dirigindo-se ao ministro dos Negócios Estrangeiros da Hungria.

Correia e Silva lembrou que todo o processo começou com uma carta que “Viktor Orbán recebeu” assinada pelo seu homólogo cabo-verdiano e a que Orbán “deu resposta pronta” permitindo a chegada das vacinas produzidas pela AstraZeneca a Cabo Verde.

“Sem vontade política, sem comprometimento político” as cem mil vacinas contra a COVID-19 – “esta preciosa encomenda, como lhe chamou Ulisses Correia e Silva – não teriam chegado a Cabo Verde.

“Cabo Verde agradece o gesto”, concluiu Ulisses Correia e Silva.

Ajuda “mais real e verdadeira” da União Europeia

Além do encontro com Ulisses Correia e Silva a visita de Péter Szijjártó a Cabo Verde tinha na agenda um encontro com o ministro dos Negócios Estrangeiros, Rui Figueiredo Soares.

Nesse encontro os dois ministros dos Negócios Estrangeiros abordaram a questão da cooperação entre a União Europeia e Cabo Verde.

“A nossa intenção, a nossa vontade e dedicação é fazer com que a UE aprove formas de facilitação de concessão de vistos para os cabo-verdianos e que a Comissão Europeia ofereça ajuda à protecção das fronteiras de Cabo Verde. E apelamos ao Parlamento Europeu que deixe de bloquear as questões que tem a ver com apoio oferecidos a Cabo Verde”, declarou o governante húngaro.

Péter Szijjártó, que falava à imprensa após um primeiro encontro com o seu homólogo cabo-verdiano, Rui Figueiredo Soares, justificou o donativo de 100 mil doses de vacina contra covid-19 a Cabo Verde com a “necessidade de ajudar o País a ultrapassar os desafios sérios” que a pandemia veio impor a todos os países, nomeadamente nas áreas da saúde, economia e segurança.

“Falo de um desafio na área de segurança porque a pandemia pode significar um facto importante na criação de novas ondas migratórias no mundo, isto é particularmente verdade aplicada no caso da África, de onde saiu uma pressão migratória considerada para a Europa nos últimos cinco anos”, precisou.

Neste sentido explicou que a intenção da Hungria é contradizer essa tendência, isto é, oferecendo ajuda localmente para garantir que as pessoas deixem as suas casas em busca de segurança em outros países.

Hungria, o maior doador

Com o donativo de cem mil vacinas contra a COVID-19 a Hungria tornou-se o maior doador de Cabo Verde até ao momento.

As vacinas da AstraZeneca vão permitir vacinar cerca de 15% da população adulta cabo-verdiana.

Além deste donativo está prevista a chegada de 50 mil vacinas da Sinopharm doadas pela China e que se vão juntar às vacinas que chegaram ao país através da iniciativa COVAX e de donativos de outros países como é o caso de Portugal.

*com Inforpress

COVID-19 faz aumentar produção de oxigénio medicinal em Cabo Verde

O Oxigénio Medicinal é amplamente utilizado nos hospitais nas cirurgias como parte da reanimação e também nos cuidados peri-operatórios ao paciente. O produto ganhou um valor acrescido com o aparecimento do novo coronavírus, que tem como uma das principais características a infecção do sistema respiratório. Nesta reportagem o Expresso das Ilhas falou com três empresas que produzem oxigénio medicinal em Cabo Verde, a Mega Saúde, a Drogaria Pincel, ambas situadas na Praia, e a Sodigás, no Mindelo. Conforme declararam houve, com a pandemia, um aumento da produção para atender hospitais, centros de saúde, clínicas e até mesmo particulares.



Sheilla Ribeiro

Na Praia, desde Outubro de 2010, a Mega Saúde está no mercado de gases medicinais depois de verificar uma “lacuna” tanto em termos quantitativos, roturas do produto nos hospitais, quanto em termos qualitativos, conforme o sócio-gerente Avelino Couto.

Já a Drogaria Pincel começou a produzir e a comercializar o oxigénio medicinal em

2014, enquanto a Sociedade Industrial de Gases, Sodigás, SARL, actua desde os anos 90.

Segundo Avelino Couto, na Mega Saúde, o oxigénio é produzido de duas formas, sendo uma delas o Processo de Separação por Adsorção (PSA), utilizado no início das actividades da empresa em 2010.

Uma outra forma de produção é o (Vacuum Pressure Swing Adsorption (VPSA), uma tecnologia moderna e

certificada principalmente no mercado europeu. Desta forma, após o processo de separação e filtragem é submetido à alta pressão e baixas temperaturas.

As temperaturas no método VPSA, conforme detalha, podem variar entre $-182,96^{\circ}\text{C}$ – ponto de ebulição – e $-222,65^{\circ}\text{C}$ – ponto de fusão, permitindo manter as propriedades químicas e físicas por um oxigénio líquido, criogénico.

“Passa por um processo de gaseificação através de um vaporizador para o seu enchimento em garrafas com capacidade para suportar até 300 bar de pressão, no entanto, é comercializado em Cabo Verde a apenas 150 bar de pressão”, avança.

Ao Expresso das Ilhas, o proprietário da Drogaria Pincel, Pedro Delgado, explica que a produção é feita por meio da separação do ar.

Distribuição

A Mega Saúde distribui o oxigénio medicinal principalmente nas ilhas a Sul do país, como Santiago, Maio, Fogo e Brava. Mas, também distribui nas ilhas do Sal e Boa Vista.

“Nas outras ilhas, por razões de logística e transporte irregular, foi suspensa a distribuição”, declara Avelino Couto.

O envio, explica, é feito em garrafas de oxigénio

que podem ser de 50 a 150 bares de pressão. Já na ilha de Santiago, é feito por pessoal devidamente formado e em viaturas próprias para o transporte de oxigénio que, segundo normas internacionais, deve ser feito em posição vertical.

Por sua vez, Rovidson Firmino, frisa que a Sodgás faz a distribuição de oxigénio medicinal para todas as ilhas e tem representantes quer nas ilhas de Sotavento, quer nas de Barlavento.

“Os hospitais e Centros de Saúde são os principais clientes, entretanto, há representantes nossos que compram o oxigénio para depois distribuir a outros. A distribuição é feita através do barco, excepto em São Vicente em que os clientes fazem o levantamento na própria empresa”, refere.

Da mesma forma, a Drogaria Pincel distribui as garrafas de oxigénio de camião para os diversos concelhos da ilha de Santiago e de barco, para as ilhas de Boa Vista, Fogo e Brava. Contudo, há alguns constrangimentos no transporte para essas ilhas.

“Já houve situações em que não aceitaram transportar os cilindros, ou porque o barco se encontrava cheio, ou porque não tínhamos cestos. Isto porque as garrafas devem ser transportadas dentro de um cesto, mas acontece que por vezes quando vai para uma ilha dentro do cesto, volta fora já que às vezes enviam as garrafas no cabo, o que pode gerar problemas na hora de enviar, justifica.

Houve vezes em que a empresa enviou as garrafas em barcos de pesca, a partir do Tarrafal, conforme narra.

Capacidade de produção e demanda

“Além dos Hospitais, Centros e Delegacias de Saúde, mais as clínicas privadas para as quais entregamos as garrafas de oxigénio, o número de pessoas que compram oxigénio para usar em casa vem au-



mentando por causa da pandemia”, diz Pedro Delgado.

Como exemplo, o proprietário da Drogaria Pincel que produz o oxigénio por metros cúbicos, cita que em 2015 a empresa teve uma produção anual de 3.572 garrafas de oxigénio, em 2016 produziu 4.263 e em 2017 aumentou para 5.042 garrafas.

Em 2019, a produção diminuiu para 6.519 garrafas, mas voltou a aumentar em 2020 para 7.442 garrafas produzidas durante o ano.

“Este ano, até o momento, produzimos 4.832 garrafas. Em média produzimos, durante o ano de 2020, 620 garrafas mensalmente. E em 2021 produzimos 966 garrafas mensalmente até agora. Os aumentos mais relevantes ocorreram durante os meses de Março, Abril e Maio de 2021 em função do aumento do número de casos da COVID-19”, observa.

Face a este aumento de produção, a empresa aumentou a manutenção tendo passado, por vezes, a produzir durante 24 horas.

“Houve momentos em que trabalhamos três dias seguidos durante 24 horas. Mas, apesar desse aumento, não

tivemos nenhuma limitação na produção porque usamos apenas a electricidade já que a matéria-prima é o ar”, pontua.

Da parte da Mega Saúde, Avelino Couto afirma que não houve limitação da capacidade de produção e nem haverá problemas de rotura do oxigénio medicinal.

“Haverá sempre no mercado a capacidade para suprir as necessidades dos serviços de saúde, trabalhamos com o estoque de segurança superior a 100 toneladas de oxigénio líquido que dá para encher mais ou menos mil garrafas”, garante.

A pandemia, de acordo com aquele sócio-gerente, fez com que a demanda do produto aumentasse três vezes mais do que o normal, tendo a produção passando de 19 toneladas em cada três meses, para 19 toneladas mensais.

Para responder à demanda, a empresa optou pelo aumento do pessoal, aumento do tempo de produção, bem como o aumento do estoque de segurança.

“Adquirimos e colocamos no mercado mais 300 garrafas ou balas de oxigénio medicinal. Surgiu uma deman-

da nova para o fornecimento deste produto no domicílio mediante a prescrição do médico assistente”, informa.

A empresa sediada na capital teve de intensificar a formação do pessoal para atender às normas de segurança que a COVID-19 impôs.

Na mesma linha, Rovidson Firmino aponta que derivado da pandemia, houve o aumento de produção de oxigénio medicinal na Sodigás, devido ao aumento de procura. Assim, a produção duplicou.

“Perante o aumento de procura de oxigénio investimos em mais garrafas, foram importadas mais garrafas. Ainda que as garrafas não tenham chegado, estamos ainda à espera que cheguem e nem sequer temos a previsão de uma data de chegada. Até lá, vamos dando resposta com o que temos e, com isso, vamos gerindo e assim conseguir dar resposta às demandas”, descreve.

Embora a empresa tenha representantes em todas as ilhas, Rovidson Firmino detalha que actualmente a empresa está mais activa nas ilhas do Barlavento, já que há outras empresas do Sotavento com o mesmo produto.

Empresários em Angola doam reguladores de oxigénio ao HAN

No passado mês do Maio, dois empresários angolanos de ascendência cabo-verdiana, directores de uma empresa dedicada à engenharia hospitalar, doaram 12 reguladores de oxigénio ao Hospital Agostinho Neto na Praia. Um gesto simbólico, dizem, para ajudar o país do pai no tratamento da COVID-19.

António de Azevedo e Guilherme de Azevedo, respectivamente director-geral e director comercial da NOVERA, são filhos de Alfredo Azevedo Furtado, nascido e criado na Praia.

O pai emigrou novo para Angola, terra onde trabalhou, constituiu família e fundou a empresa acima referida. Os descendentes, lembrando a ligação a Cabo Verde e esse amor que o pai tinha para com o seu país, desde há algum tempo que vêm apoiando algumas iniciativas, nomeadamente, de foro cultural.

Neste momento de pandemia, os irmãos Azevedo voltaram o seu apoio para o combate à COVID-19, naquilo que chamam um gesto simbólico, com a doação de 12 reguladores de oxigénio e respectivos frascos humidificadores, ao Hospital Agostinho Neto.

Os reguladores irão ajudar na manutenção e regulação das balas de oxigénio e, portanto, no tratamento dos doentes da COVID (e outros).

A NOVERA, empresa da qual o cabo-verdiano Alfredo Azevedo Furtado foi fundador, está no mercado angolano desde 1995 e actua no domínio da Bioengenharia e Engenharia Hospitalar.

A empresa é especializada, particularmente, na instalação e manutenção de equipamento destinado ao tratamento de doenças do tracto respiratório. Neste momento de pandemia, em Angola, a empresa tem desenvolvido projectos de combate à COVID, nomeadamente no apetrecho de salas em Hospitais para esse fim.

Vacinação COVID-19

Prioridade ao Sal e Boa Vista

O governo vai priorizar a vacinação nas ilhas turísticas do Sal e Boa Vista para permitir a retoma do turismo o mais depressa possível. Vacinação no resto do país vai continuar a decorrer. Director Nacional de Saúde assegura que, até agora, não foram registados casos de problemas vasculares causados pela vacina.

André Amaral

Cabo Verde registou esta terça-feira mais dois óbitos provocados pela COVID-19 fazendo subir o total de mortes para 269. Além destes dois óbitos as autoridades de saúde diagnosticaram mais 78 novas infecções e 82 casos recuperados.

Esta actualização mostra que o número de casos no país continua a abrandar numa altura em que chegaram mais 100 mil vacinas doadas pela Hungria a Cabo Verde.

Até ao momento, o processo de vacinação tem decorrido sem que tenham sido registados problemas de saúde junto dos vacinados. “Até agora aqui não houve nada de grave”, assegura o Director Nacional de Saúde, Jorge Barreto, em conversa com o Expresso das Ilhas.

Este responsável explica que os sintomas que têm sido sentidos pelas pessoas já vacinadas um pouco por todo o país. “Até agora não houve nada de grave. O que tem acontecido são febres, dor no corpo. As pessoas, por vezes, sentem alguma indisposição mas isso é resposta normal à vacina”, aponta Jorge Barreto.

A presença do vírus no organismo das pessoas nem sempre dá origem a sintomas. A percentagem de assintomáticos em Cabo Verde tem rondado os 70%, razão para perguntar se existem riscos para estas pessoas ao serem vacinadas.

“Não penso que vão ter alguma complicação. Eu, pelo menos, não vi nenhuma informação científica a dizer que



peças que estavam assintomáticas e foram vacinadas tiveram alguma complicação”, diz o Director Nacional de Saúde.

Prioridade às ilhas turísticas

O ministro da Saúde disse, na passada sexta-feira, que com a chegada das vacinas doadas pela Hungria vai ser dada prioridade à vacinação das ilhas do Sal e da Boa Vista. O objectivo é assegurar o mais depressa possível a retoma do turismo.

Isso não significa que a vacinação pare no resto do país, assegura Jorge Barreto.

“A questão da retoma do turismo está ligada à retoma da economia. É crucial, portanto, é fase priorizar Sal e Boa

Vista, mas entretanto não se vai deixar de vacinar as outras ilhas. Isso vai acontecendo paralelamente e já tínhamos feito as contas. Com o Sal e a Boavista priorizados vamos vacinando as outras ilhas paralelamente e os outros grupos prioritários também”, explicou.

Por outro lado, diz o Director Nacional de Saúde, “é preciso que as pessoas queiram ser vacinadas”. “Não há muita resistência”, assegura. Mas se as pessoas “demorarem muito para pensar, podem-se infectar” e perder a oportunidade. Além disso “com essa infecção, a pessoa pode ter uma situação mais grave”.

“É isso que as pessoas têm que perceber também”, defende Jorge Barreto.

O princípio é simples. Para receber mais vacinas da iniciativa COVAX é preciso que Cabo Verde demonstre que está a conseguir administrar as vacinas que recebe.

“Quanto mais nós vacinarmos, mais COVAX vê que

Cabo Verde consegue dar saída às vacinas” e com isso “mais vacinas vamos receber”. “Portanto, as pessoas têm que se inscrever para podemos fazer isso de uma forma organizada”, acrescenta o Director Nacional de Saúde.

As vacinas que já chegaram a Cabo Verde

Cabo Verde recebeu, até agora, 52.800 vacinas, de um total de 108 mil, da COVAX. A essas juntam-se 24 mil vacinas doadas por Portugal. As 50 mil vacinas da Sinopharm doadas pela China têm chegada prevista a Cabo Verde dentro de poucos dias.

Além destas está prevista a doação pelo governo russo de um lote de vacinas Sputnik que só ainda não foram enviadas “porque estamos a aguardar que sejam aprovadas pela OMS”, explicou o Director Nacional de Saúde.

Cabo Verde tem actualmente 1.030 casos activos de COVID-19. 29.908 casos já foram dados como recuperados. Desde Março de 2020 foram registados 269 óbitos.



A paridade e a parte do leão do poder municipal

MÁRIO SILVA

Realizadas as eleições municipais é tempo de se começar a reflectir sobre a paridade, para lá do tradicional balanço positivo. Orgulho-me de pertencer a um grupo de pessoas que colocou na agenda constitucional e legal, nos finais dos anos noventa, a igualdade entre homens e mulheres, especificamente no que tange ao exercício de cargos políticos, tendo sido então resolvidos os problemas de constitucionalidade levantados no debate que se travou nalguns países europeus.

Recordemos que em França, corria o ano de 1982, quando o Conselho Constitucional declarou inconstitucional uma norma que pretendia introduzir *quotas* nas eleições municipais francesas, numa decisão que marcou profundamente o sistema jurídico de vários países, perante um projecto legislativo que estatua no sentido de que uma lista de candidatos não podia ter mais de 75% de pessoas do mesmo sexo.

Portugal, França e Bélgica levaram a cabo revisões constitucionais para resolverem o problema. Nós fizemos o mesmo na revisão constitucional de 1999, e o Código Eleitoral previa uma subvenção para as listas que tivessem obtido 25% de mulheres eleitas, mas a respectiva lei não foi aprovada.

As *quotas*, que nunca foram pacíficas, apesar de terem sido consagradas nalguns Países como a Bélgica, foram ultrapassadas pela *paridade*, que se consagrou como conceito chique na década

de noventa, não obstante ter surgido no século XIX, quando se defendeu a ideia de *representação paritária*, segunda a qual devia caber às mulheres metade dos lugares do Parlamento. Se então não vingou, a sua popularização ocorreu em 1992, com a publicação da *obra-manifesto* de Françoise Gaspar, Claude Servan-Schreiber e Anne Le Gall, na qual defenderam que esta era uma matéria que dizia respeito aos fundamentos da própria democracia e, por isso, preconizaram um novo direito: a paridade dos sexos; um direito que devia ser legislativamente consagrado, nos seguintes termos: as assembleias eleitas, a nível territorial como nacional, são constituídas de igual número de homens e de mulheres. Neste sentido, defenderam que só a paridade, entendida como «igualdade perfeita», medida de equilíbrio e de justiça, podia fundar um novo contrato democrático.

O conceito de paridade, de tão exigente, foi matizado, contentando-se uns com 33% e outros com 40%, dado o ponto de partida muito baixo de muitos países e por se considerar que estas percentagens estabeleciam algum equilíbrio entre os sexos. É também por isso que se esqueceu a palavra *quota*, mas a substância manteve-se: na pureza do conceito, 33% ou 40% não são paridade. Separar as águas é sempre importante para melhor projectarmos o futuro.

Cabo Verde fez o seu per-

curso e, se nas primeiras eleições municipais de 1991, apenas 8% das mulheres foram eleitas, este número aumentou para 28% em 2012, e 27% em 2016, num desenvolvimento natural, tendo sido atingidos os 25% em 2008, nove anos após a sua estatuição pelo Código Eleitoral. No entanto, se considerarmos especificamente alguns municípios, os dados são surpreendentemente positivos, no respeitante às câmaras municipais: na Brava, em 2016, as mulheres representavam 60% dos vereadores e, em São Vicente, em 2000, houve 56% de mulheres; outros exemplos de 40% podem ser apresentados. É óbvio que estes casos são excepcionais, por a esmagadora maioria dos municípios apresentar números muito baixos.

A ambição legítima de se ter mais mulheres representadas na Assembleia Nacional e nos órgãos municipais desencadeou um movimento no sentido da intervenção do legislador e assim foi aprovada a lei da paridade. No momento da sua aprovação final global foi dito que construiria «um cenário de repartição justa do poder e de oportunidades entre homens e mulheres».

Marcadas as eleições municipais para o dia 25 de Outubro último, houve manifestações públicas de desagrado, pois, nenhuma lista apresentada pelos partidos políticos com representação parlamentar foi encabeçada por uma mulher. O *primeiro momento negativo* estava à vista: as mulheres

não iriam exercer o cargo de presidente de câmara, seguramente um dos mais importantes, o que era tanto mais de assinalar quanto é certo que no passado três mulheres foram eleitas.

Uma análise que vai para além da dimensão *formal-quantitativa* mostra-nos o *segundo momento negativo*: as mulheres estão em minoria em todas as câmaras municipais. Mais: em dois dos três principais municípios do País – São Vicente e Santa Catarina de Santiago – ficou-se pelos 30%. Este é o *terceiro momento negativo*: não se atingiu a meta legal dos 40%, logo em dois municípios *pesados*.

Estas conclusões são baseadas na foto do mapa dos resultados das eleições municipais, mas há que fazer o filme do mandato, já que a situação vai-se alterando de ano para ano, em virtude da dinâmica da profissionalização dos vereadores e das substituições, podendo vir a acontecer que, no final dos quatro anos, o quadro participativo seja profundamente alterado (veja-se o caso de Santa Catarina de Santiago). Daí a necessidade de distinguirmos *atribuição do mandato* e o seu *exercício efectivo* pelas mulheres. Para isso é necessário levarmos em conta as características da governação municipal e o sistema eleitoral municipal. Por outras palavras, só uma perspectiva holística do ordenamento jurídico-municipal, pode fazer funcionar a igualdade efectiva entre homens e

mulheres no *exercício* do poder municipal.

Se compararmos com a situação em 2016 o balanço é positivo. Aplausos! Se levarmos em conta o conceito de paridade e os objectivos da lei, já não se pode dizer o mesmo, pelo seguinte: nos órgãos com maior capacidade de transformação política e social municipal, a mulher ficou de fora ou está em minoria; na câmara municipal, a mulher ocupa sempre o segundo lugar (factos são factos), fazendo-nos lembrar, ironicamente, o *segundo sexo* de que falava Simone de Beauvoir, e nada garante que pode substituir o presidente nas suas faltas, ausências e impedimentos.

Deste modo, o título deste artigo fica justificado: a parte mais importante do poder municipal, infelizmente, continua nas mãos dos homens. A crença quase divina no sentido de que a lei transforma a realidade tem os seus limites e, entre nós, a lei da paridade veio provar isso.

Cabo Verde tem condições para nas próximas décadas atingir patamares invejáveis no plano internacional, até porque esta II República é a da afirmação da Mulher, mas para além de políticas públicas adequadas, impõem-se reformas de *cirurgia jurídica* em várias leis para acomodar a lei da paridade.

OBS – As percentagens constantes do presente texto foram calculadas a partir dos mapas das eleições publicados no Boletim Oficial.

Pedro Barros, Presidente do Conselho Directivo da Pró Empresa

A transformação digital das empre

A Pró Empresa foi criada em Maio de 2017 com o objectivo de actuar no ecossistema empresarial promovendo a competitividade, o empreendedorismo e as empresas. Em entrevista ao Expresso das Ilhas Pedro Barros faz balanço positivo desses quatro anos, quer a nível da assistência técnica às empresas, quer na organização dos dossiês necessários para apresentação junto das instituições financeiras. Pedro Barros reconhece, porém, constrangimentos relacionados com a dimensão do mercado interno e com os custos de produção, além da ainda elevada burocracia e a necessidade de acelerar reformas económicas, constrangimentos que foram ampliados pela pandemia da Covid-19. Pedro Barros fala ainda das medidas de mitigação dos efeitos da pandemia, cuja gestão é da responsabilidade da Pró Empresa e que atingiu um montante de cerca de 4 milhões de contos e garante que os próximos tempos vão ser completamente diferentes e estarão muito associados à economia digital.

Entrevistado por António Monteiro

Quais os principais constrangimentos das empresas cabo-verdianas?

Devemos dizer que os empresários saberão responder com melhor propriedade do que nós quanto à pergunta que me coloca. Creio que o acesso hoje mais facilitado ao crédito cedeu lugar à dimensão do nosso mercado interno relativamente pequeno como a maior dificuldade das empresas, pelo que os nossos empresários são obrigados a não poder contar apenas com o mercado interno. É evidente que o turismo tem vindo a ampliar um pouco a dimensão do nosso mercado, mas somos obrigados por isso a pensar no mercado externo. Por essa razão, o horizonte deve ser o mercado global, apoiado especialmente na utilização do digital. Há um outro constrangimento não negligenciável que tem a ver com o custo dos fac-

tores de produção. É preciso importar quase tudo em Cabo Verde, o que tem os seus custos e dificuldades acrescidas. Para não falarmos dos custos de energia e água que também têm algum peso na realização duma actividade empresarial. Contudo, sabemos que, muitas vezes, aparecem boas ideias e capacidades para iniciar os negócios, mas depois não se desenvolvem ou ficam parados, por falta de capital próprio e ou de capacidade de implementação. Enfim, mais avisado será deixar essa apreciação aos nossos empresários que são os que lidam todos os dias com os constrangimentos.

Critica-se também a “elevada” burocracia como um dos factores de restrição à realização de negócios e actividades económicas e empresariais em Cabo Verde.

A burocracia é claramente um constrangimento, embora

tenha havido uma alteração significativa, comparada com aquela que existia até há bem pouco tempo atrás. Não obstante, precisamos aligeirar muito mais os procedimentos. A tendência crescente da introdução da digitalização vai ajudar também muito nessa desburocratização, mas temos conhecimento das muitas queixas de que a burocracia é efectivamente muita. Mesmo nós aqui, na Pró Empresa, temos consciência de que ainda temos um procedimento um bocado burocratizado que é preciso alterar e torná-lo mais célere, tanto mais que, como todos sabemos, o tempo do empreendedor não é igual ao tempo de quem decide sobre os vários pedidos. O empreendedor quer, por exemplo, que tudo seja feito no momento pedido e quanto mais rápido, melhor, porque como sabemos uma oportunidade de negócio se não for aproveitada hoje, amanhã poderá deixar de existir.



O horizonte deve ser o mercado global, apoiado especialmente na utilização do digital

Críticas vindas principalmente das câmaras de comércio apontam para elevados custos de factores, (água, electricidade, transporte) como também para a ‘enorme lentidão’ na realização de reformas económicas.

Nós temos uma relação institucional muito boa com todas as nossas parceiras Câmaras de Comércio de Barlavento e Sotavento, mas também com a Câmara de Turismo e as outras associações empresariais nomeadamente

resas é inevitável



Acho que podemos falar de uma era antes da Covid-19 e de uma outra era após o surgimento da pandemia onde ainda nos encontramos. O que sabemos é que o depois vai ser seguramente muito diferente do antes.

empreendedor tenha em mão toda a documentação necessária. Um bom exemplo dessa contribuição foi a rapidez verificada no lançamento do Programa Fomento do Micro Empreendedorismo, cuja maior parte das novas empresas foram criadas no nosso balcão. Uma outra área em que intervimos para a melhoria do ambiente de negócios prende-se com a mediação junto das instituições financeiras, nomeadamente dos bancos e instituições de micro finanças, na concessão de garantias através da Pro Garante como forma de mitigar os riscos dos créditos.

São críticas antigas que continuam ainda por resolver.

São críticas antigas e justas. Efectivamente, a melhoria do ambiente de negócios é fundamental no sucesso dos

negócios. Como sabe, há um ranking internacional do Doing Business que qualifica e ordena os países em função das reformas que vêm fazendo. Cabo Verde tem vindo a fazer várias reformas, mas temos vindo a ter pontuações muito tímidas, porque os outros países estão também a fazer as suas reformas. De há uns anos a esta parte, já foram feitas várias e importantes reformas. Por exemplo, agradamos saber que a Unidade de Competitividade já tem praticamente pronta a funcionar um sistema de garantias móveis. Isto significa que um empreendedor e/ou um empresário poderá dar como garantia para obter um financiamento, não só apenas as garantias pessoais e garantias reais, mas também poderá dar garantias móveis. Estamos a falar de equipamentos de produção, estamos a falar até de stock de produtos, entre outros. Esperemos que esta possibilidade venha a contribuir para melhorar ainda mais o acesso ao crédito, sobretudo para o financiamento de curto prazo. É um processo que deverá arrancar brevemente e que seguramente irá melhorar grandemente o acesso ao financiamento, sobretudo quando estamos a falar de montantes relativamente pequenos.

Qual é o impacto da Covid-19 no ambiente de negócios, sobretudo nos programas sob responsabilidade da Pró Empresa, nomeadamente StartUp Jovem, Promeb, Express+, Pró Crédito, Cabo Verde Digital, Ecosistema e Empreender Universitário?

Houve um impacto brutal sobre a economia e devastador

nas nossas empresas. Nós não estávamos preparados para isso, aliás, ninguém se preparou para isso. Sem particularizar o efeito imediato da crise sobre cada um dos programas que gerimos, devemos dizer que globalmente conseguimos reinventar novas formas de trabalhar para dar respostas satisfatórias aos pedidos das empresas. Desde logo, fomos obrigados a reinventar no que diz respeito ao modo de trabalho. Com o estado de emergência tivemos de interromper a nossa actividade na sede da Pró Empresa para ficarmos com todos os nossos colaboradores em regime de teletrabalho. Foi uma coisa nova para nós, mas que funcionou muito bem. Funcionou de tal forma bem que até podemos dizer que tivemos, por exemplo, muito mais atendimentos do que antes da pandemia. Porque também as solicitações cresceram e para darmos respostas adequadas criamos uma linha verde a funcionar todos os dias, incluindo os fins de semana, lançamos um chat, entre outras formas de contactos. Devo aproveitar para felicitar mais uma vez a nossa equipa técnica por ter tido uma postura exemplar, com uma motivação extraordinária. Durante a Covid-19 ficou patente este engajamento e disponibilidade com a realização de milhares de atendimentos, orientação e aconselhamentos, sobre os mais diversos assuntos. Como também tínhamos a responsabilidade de fazer a gestão das medidas de mitigação dos efeitos da pandemia, sobretudo na parte económica que o governo adoptou para salvar o emprego, proteger as empresas e gerar rendimentos às

com a Associação dos Jovens Empresários, Associação das Mulheres Empresárias e outras associações comerciais. Portanto, no âmbito dessas parcerias já firmadas em protocolos temos uma relação que deve, em princípio, agilizar e facilitar a realização dos negócios. Somos da opinião de que efectivamente precisamos criar cada vez mais facilidades, precisamos decidir com maior rapidez. Estamos convencidos de que vamos ter melhorias para breve, a avaliar pelas várias medidas que

a Unidade de Competitividade tem vindo a implementar ao nível da melhoria do ambiente de negócios. Aliás, uma das atribuições da Pró Empresa é justamente contribuir também para a melhoria do ambiente de negócios. Como contribuição para essa melhoria temos duas intervenções directas: uma tem a ver com a criação de empresas no dia no nosso balcão de atendimento e, através deste serviço da Casa do Cidadão, fazemos a criação de empresas em menos de uma hora, desde que o





famílias, então, acabamos por estar na linha da frente desse combate, na gestão das linhas de créditos com garantias do Estado que, como sabemos, atingiu um montante de cerca de 4 milhões de contos. Devo frisar que a Covid-19 acabou por nos obrigar a criar assim novas formas de atendimento, maior rapidez nas decisões, acelerar muito os tempos de resposta, porque, estando perante uma crise, quanto mais rápido fizermos, melhor para quem precisa dos nossos préstimos. É evidente que há aqui e acolá alguma crítica sobretudo devido a algum atraso e ou sobre uma solicitação não satisfeita, devendo-se tudo isso à enorme carga de solicitações, impossível de satisfazer no tempo que gostaríamos.

As empresas já estão a pensar na era Pós Covid?

Acho que podemos falar de uma era antes da Covid-19 e de uma outra era após o surgimento da pandemia onde ainda nos encontramos. O que sabemos é que o depois vai ser seguramente muito diferente do antes. Temos um futuro próximo em que estaremos confrontados com o fim do lay off e das moratórias, pelo menos para alguns sectores, pelo que a retoma e ou recupera-



ção da actividade empresarial vai exigir um tratamento adequado aos novos tempos. Em primeiro lugar, vai ser necessária, em algum momento, a regularização dos créditos em moratórias, seja pela via da reestruturação e ou da sua consolidação para dar, assim, início à retoma dos pagamentos das prestações. Para que tal aconteça, as empresas vão necessitar de recursos financeiros, ou seja, terão de estar capitalizadas, pela via possível e disponível no mercado financeiro. Mais do que isso, ainda para a retoma e relançamento dos negócios vão ser necessários novos financiamentos que não deverão ser necessariamente novos créditos bancários. Por outro lado, é quase certo que, como em todas as crises, surgirão oportunidades. Uma delas será a possibilidade de negociação de fusões e aquisições. Muitas empresas com bons

negócios sairão desta crise tão debilitadas que não conseguirão sobreviver. Certamente que o Governo criará medidas e instrumentos necessários para esta nova fase. Certo também é que vamos ter um outro futuro no ambiente empresarial em que nada vai ser como dantes. Aliás, a tendência evidenciada agora na crise com a digitalização irá predominar nos próximos tempos. Ou seja, se antes da crise já se estava a sentir que há uma geração de jovens muito empreendedores e que está a provocar mudanças, não só na mentalidade empresarial, mas sobretudo na forma de fazer negócios. Na era pós-crise, a transformação digital e tecnológica das nossas empresas vai defrontar-se com um espaço enorme para crescer. Por exemplo, na criação de soluções muito simples, como a criação de sites com capacidades para fazer compras e



Estamos convencidos de que vamos ter melhorias para breve, a avaliar pelas várias medidas que a Unidade de Competitividade tem vindo a implementar ao nível da melhoria do ambiente de negócios.

ou encomendas online, bem como a utilização da internet móvel e da internet no local de trabalho. A partilha de informação digital entre as diferentes unidades funcionais e de forma massiva nas empresas, a gestão de relações dos clientes são também claramente as apostas que devem ser feitas. Notamos com imenso agrado que mais recentemente as nossas startups tecnológicas surgiram com negócios, que apesar de ainda muito poucos, já constituem um sinal muito claro de que muita coisa vai surgir brevemente na área da digitalização, ou seja na área da economia digital. Esses sinais são muito encorajadores e esta geração que está a sair das universidades vai fazer toda a diferença no sector empresarial. Não é difícil de perceber que vai haver uma mudança radical na forma de fazer negócios nos próximos tempos. Porque sobretudo esta juventude tem uma forma de estar no negócio que é diferente da geração anterior de empresários de há uns anos atrás. Ou seja, neste momento, não há nenhum jovem empreendedor que está a pedir ajuda, ou que está a pedir apoio, mas simplesmente querem ter oportu-

nidades. É por isso que este Governo apostou sobretudo na criação de oportunidades, sobretudo para os jovens empreendedores. Portanto, os jovens querem oportunidades, querem que haja facilidades disponíveis na realização dos seus negócios. Os jovens querem que os bancos decidam o mais rapidamente sobre os processos de crédito, querem que os processos aqui na Pró Empresa sejam despachados com maior rapidez. Portanto, é esta mentalidade empresarial que vai fazer toda a diferença nos próximos tempos. Os próximos tempos vão ser tempos completamente diferentes e, como eu disse, estará muito associado à economia digital. Por exemplo, a retoma da actividade económica não vai ser no sentido de voltar a fazermos as mesmas coisas que fazíamos em Fevereiro ou Março de 2020. A transformação digital é inevitável e vai ser muito mais do que simples a digitalização dos negócios. A forma como o digital vai tomar conta do mundo empresarial, vai haver seguramente grandes mudanças também nos modelos de negócios que decorrem da mudança substancial na forma de consumir trazida pela crise.

Quantas empresas activas existem neste momento em Cabo Verde?

Há o inquérito empresarial anual que o INE faz periodicamente e que é o retrato das empresas naquele momento. Os últimos dados apontavam para cerca de 11 mil empresas activas, com o sector do comércio a dominar seguido da restauração e da indústria transformadora. De realçar que cerca de 70% são microempresas e menos de 4% são grandes empresas. Entretanto, com a pandemia da Covid-19 as empresas consideradas activas há um ano atrás, agora parcial ou totalmente paralisadas já não podem ser consideradas propriamente activas. Portanto, só um novo recenseamento empresarial é que nos poderá fornecer números mais precisos.



A burocracia é claramente um constrangimento, embora tenha havido uma alteração significativa, comparada com aquela que existia até há bem pouco tempo atrás.

Países do G7 chegam a acordo histórico sobre taxaço de multinacionais

Grupo dos Sete (G7) apoiou plano do governo de Joe Biden de imposto mínimo de 15% sobre as 100 maiores e mais lucrativas empresas do mundo.

Os ministros das Finanças dos países do Grupo dos Sete (G7) apoiaram no fim do encontro este domingo, dia 6, o ambicioso plano do governo do presidente dos Estados Unidos, Joe Biden, de reformar o sistema tributário global, garantindo um imposto mínimo de pelo menos 15% sobre os lucros das 100 maiores e mais lucrativas empresas do mundo.

O G7 esteve reunido desde sexta-feira (4) em Londres, na Inglaterra, para discutir a questão. Essa é a primeira reunião presencial do grupo desde o início da pandemia de Covid-19, decretada em Março de 2020.

No mês passado, o Tesouro dos Estados Unidos propôs um imposto global mínimo de pelo menos 15%, com o objectivo de combater um sistema internacional pesado e cheio de brechas.

Em comunicado, o G7 informou outros detalhes do acordo:

“Comprometemo-nos a alcançar uma solução equitativa na atribuição de direitos tributários, com os países do mercado a concederem direitos tributários sobre pelo menos 20% do lucro, excedendo uma margem de 10% para as maiores e mais lucrativas empresas multinacionais”.

O acordo inclui a remoção de impostos sobre serviços digitais.

“Providenciaremos a coordenação adequada entre a aplicação das novas regras tributárias internacionais e a remoção de todos os Impostos sobre serviços digitais, e outras medidas similares relevantes, em todas as empresas.”



O Ministro das Finanças do Reino Unido, Rishi Sunak, disse ter sido “um acordo histórico”.

“Os ministros das finanças do G7, após anos de discussões, chegaram a um acordo histórico para reformar o sistema tributário global para torná-lo adequado para a era digital global e, crucialmente, para garantir que seja justo para que as empresas certas paguem os impostos certos nos lugares certos”, disse Sunak, num vídeo postado no Twitter neste sábado (5).

O estabelecimento de uma taxa mínima pode ajudar a desencorajar as empresas de desviar os seus lucros para

países onde pagariam menos impostos, segundo a proposta encabeçada pela secretária do Tesouro dos Estados Unidos, Janet Yellen.

“Com o imposto corporativo mínimo global funcionalmente definido em zero hoje, houve uma corrida para o fundo dos impostos corporativos, minando a capacidade dos Estados Unidos e de outros países de aumentar a receita necessária para fazer investimentos essenciais”, disse o Tesouro dos Estados Unidos numa declaração a 20 de Maio.

Os países ricos lutam há anos para chegar a um acordo sobre uma forma de arre-

cadar mais receita de grandes multinacionais como Google, Amazon e Facebook, que costumam lucrar em jurisdições onde pagam pouco ou nenhum imposto.

Negociação envolve produtos de luxo e cosméticos

Uma questão é se 15% deveria ser a taxa final ou se deveria ser considerada a base para um acordo final, deixando espaço para um acordo de um nível mais alto nas negociações subsequentes dentro do grupo mais amplo de países do G20 programado para Veneza, na Itália, em Julho.

Além do nível em si, tão importante para o Reino Unido e muitos outros é que as grandes multinacionais pagam mais impostos onde fazem suas vendas - não apenas onde registam lucros ou localizam suas sedes.

“O seu modelo de negócios dá-lhes chances de evitar impostos... muito mais do que outras empresas”, disse o ministro das Finanças alemão, Olaf Scholz.

As exportações de moda, cosméticos e produtos de luxo britânicos, italianos e espanhóis para os Estados Unidos estarão entre as que enfrentarão novas tarifas de 25% ainda este ano, se não houver acordo.



A intolerância perante a intolerância transformou nazis em celebridades

JOÃO PEREIRA COUTINHO

Nos debates sobre a liberdade de expressão, há sempre um sábio que cita a Alemanha nazista. Raciocínio do sábio: se a Alemanha tivesse leis que banissem discursos de ódio, jamais os nazistas teriam tido a chance para espalharem as suas mensagens sinistras.

A conclusão do sábio é muito simples: os nazistas subiram ao poder porque a tolerância perante a intolerância cavou sua própria sepultura.

É um pensamento interessante, que só peca por ser historicamente errado. A República de Weimar proibia o “discurso de ódio”, para usar a expressão da moda. E vários nazistas famosos, como Joseph Goebbels, foram processados por proclamações antissemitas.

Mais: quando olhamos para jornal nazista *Der Stürmer*, ele foi repetidamente confiscado pelas autoridades. O seu editor, Julius Streicher, foi duas vezes preso. Resultado?

O partido nazista, um grupelho desprezível no início da década de 1920, foi ficando cada vez mais célebre por causa desses processos. Quando a Grande Depressão chegou, Hitler e seu gangue estavam prontos para subir no palco.

Se existe uma moral nessa história, não é que a tolerância perante a intolerância acabou com a democracia.

Paradoxalmente, a lição é outra: a intolerância perante a intolerância fez com que os nazistas se tornassem célebres —e, aos olhos de certos marginais como eles, vítimas da perseguição política.

Eis uma das histórias que Andrew Doyle relembra no seu “Free Speech and Why It Matters” (Constable, 144 págs.): o tempo censório em que vivemos acredita que, pela supressão de certas ideias (nas universidades, nos jornais, na internet etc.), os seus autores serão devolvidos ao esquecimento.

Fatalmente, o que acontece é a consagração desses autores, que se transformam em vítimas —ou melhor, em mártires da liberdade de expressão.

Mas o ensaio de Doyle, um dos mais inteligentes que li sobre a matéria, oferece outras lições aos novos censores. Sobre tudo aos que acreditam que pela punição do discurso livre será possível defender os direitos de certos grupos ou minorias. Perante essa fantasia, o autor formula a questão fatal: será que os direitos das minorias, hoje, são mais bem defendidos em países que restringem a liberdade de expressão?

Ou, pelo contrário, esses direitos são mais bem preservados em regimes que levam a sério a liberdade de expressão?

Pessoalmente, tenho poucas dúvidas: ser transexual nos Estados Unidos, onde existe a Primeira Emenda, é mil vezes preferível a ser trans no Irão ou na Arábia Saudita.

Mas o ponto não é só empírico, é também histórico: foi a liberdade de expressão que deu visibilidade e legitimidade à luta pelos direitos das minorias. Se essa liberdade não existisse, não haveria visibilidade, nem legitimidade, nem sequer direitos para ninguém.

É possível argumentar que certas formas de discurso podem ofender e até violentar sensibilidades diversas. Casos de difamação, calúnia ou incitamento à violência podem e devem ser sancionados pela lei.

O que não é possível nem legítimo é atribuir ao Estado a

capacidade de suprimir certas ideias ou opiniões simplesmente porque alguém, algures, as considera repugnantes e uma fonte de desconforto ou sofrimento.

Em primeiro lugar, pessoas diferentes tendem a sentir repugnância, e desconforto, e até sofrimento por coisas diferentes. Para usar o exemplo paródico de Andrew Doyle, eu todos os anos sinto repugnância, desconforto e até sofrimento na hora de pagar impostos. (Não é paródia, não, é verdade.)

Mas isso não me dá o direito de bombardear o Ministério da Economia ou de sequestrar o ministro. O mundo, na sua vasta imperfeição, não existe para me fazer as vontades.

Por outro lado, confiar a um governo uma espécie de política de gosto sobre o que pode ser dito ou escrito na arena pública parte sempre do pressuposto otimista de que as causas do momento, como

a justiça social ou a política de identidade, serão eternas.

Podem não ser. E uma vez oferecida a chave da repressão legal, futuros governos podem encontrar novos e imprevistos alvos. Um exemplo bem lembrado por Andrew Doyle: em 1936, o partido trabalhista britânico fez aprovar legislação para proibir as marchas fascistas de Oswald Mosley.

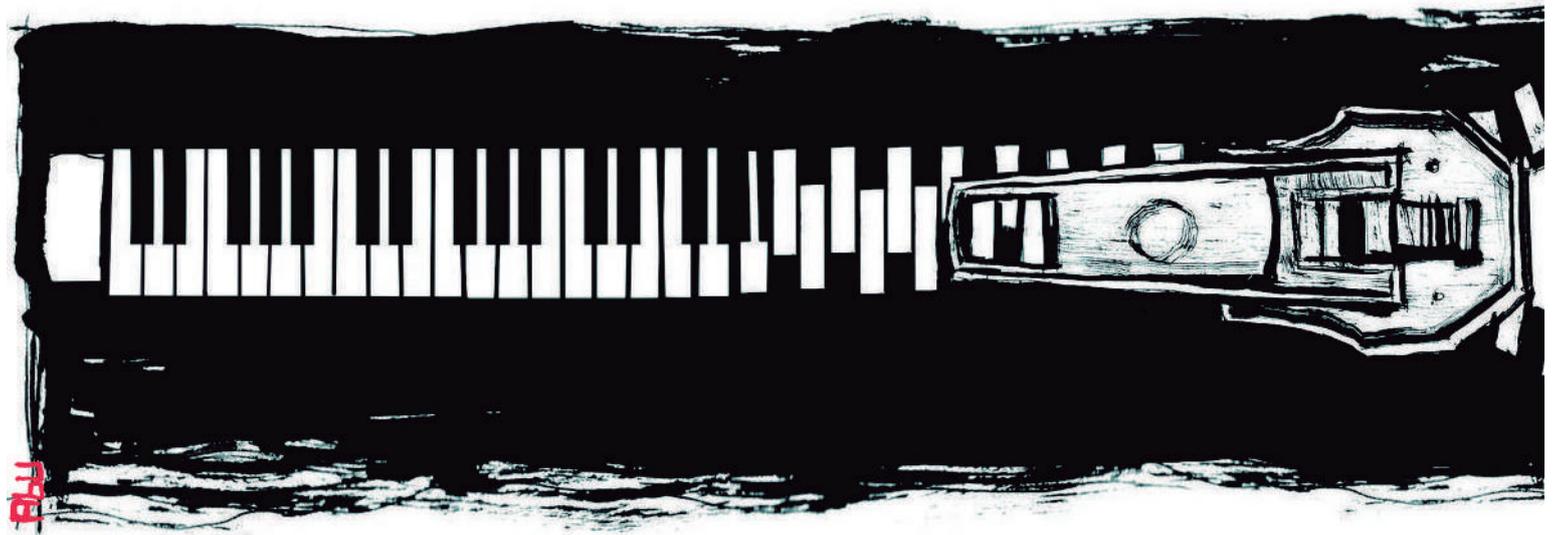
Na década de 1980, Margaret Thatcher usou essa mesma legislação para prender os mineiros em greve.

Moral da história?

Defender a liberdade de expressão é, antes de tudo, impedir que as melhores intenções abram a porta aos piores intencionados. FE

Publicado no Folha de S.Paulo, em 7 de Junho de 2021.

Escritor, doutor em ciência política pela Universidade Católica Portuguesa.



Arlindo Mendes

lança livro sobre prática de Rasta Nguka na ilha de Santiago

A “Prática de Rasta Nguka em Santiago Rural” é relatada num livro da autoria do antropólogo Arlindo Mendes.

Dulcina Mendes

A obra será apresentada esta quinta-feira, 10, na Cidade da Praia. A obra relata uma prática que consiste em “conquistar” mulheres para trabalhos agrícolas.

Segundo o autor, o propósito do livro é resgatar esta antiga tradição que existia no interior de Santiago cujo nome varia de concelho para concelho.

“Esta prática encontra-se disseminada por toda a ilha, mas às vezes toma nomes diferentes, ganha várias conotações, mas a prática de conquistar mulheres para o trabalho, fundamentalmente para o trabalho agrícola, encontra-se espalhada por toda a ilha de Santiago”, explica.

Arlindo Mendes conta que escreveu sobre este tema, mas que existem muitos outros assuntos que estão à espera de serem investigados. “Hoje em dia é muito fácil estar na Praia com ar condicionado, pegar num documento escrito e trabalhado para analisar e ver, mas quando se quer um trabalho original e criativo, em relação ao qual nunca se escreveu nada, isso torna-se mais difícil”, confessa.

“Depois há outra questão do financiamento. Às vezes você leva 3 a 4 anos a

escrever um livro, mas em termos de compensação, não há retorno”, desabafa o autor.

A apresentação da obra acontece na Biblioteca Nacional e estará a cargo dos professores Manuel Veiga e Eurídice Monteiro. A obra tem a chancela da Editora / Livraria Pedro Cardoso.

Arlindo Mendes é licenciado em História pelo ISE (Instituto Superior de Educação) de Cabo Verde, Mestre em Estudos Africanos pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto (Portugal), Doutor em Antropologia/Etnologia pela Universidade da Pau et Pays de l’Adour (França).

É antigo professor de Antropologia na Uni-CV, onde coordenou vários projectos de investigação. Foi Coordenador do gabinete dos cursos de pós-graduação, presidente do Conselho Pedagógico e Presidente do Departamento de Ciências Sociais e Humanas daquela universidade.

O autor tem vários artigos ligados à morte em Santiago. É autor de “Rituel Fenéaires à Santiago aux îles du Cap-Vert”, “Viver a morte em Santiago: uma abordagem etnográfica” e “Ritual de «Apanha de Espírito» em Santiago de Cabo Verde. 

C



Jair Fernandes, Presidente do Instituto do Património Cultural (IPC)

“Mais do que trazer novos projectos é preciso consolidar e reposicionar o sector”

Com quase quatro anos à frente do Instituto do Património Cultural (IPC), Jair Fernandes faz balanço da sua gestão, onde aponta os ganhos conseguidos com os olhos postos em novas conquistas. Na entrevista ao Expresso das Ilhas, o presidente do IPC fala da importância de reposicionar o sector dentro dos novos projectos.



ofertas turísticas que Cabo Verde tem, já que Cabo Verde é rotulado pelo turismo de sol e praia. Estamos a viver um momento ímpar com um reposicionamento do IPC ou do sector do património cultural dentro da dinâmica económica que o país pretende. Destacaria aqui a classificação da Morna enquanto património cultural, que é um facto incontornável, foi um processo muito interessante, não só na perspectiva técnica, mas também diplomática.

Depois da Morna, está em curso o processo de candidatura da Tabanca a Património Cultural Imaterial da Humanidade. O que já foi feito ou está a ser feito neste sentido?

A própria convenção impõe que é preciso fazer igual ao que se fez com a Morna. É preciso fazer todo um trabalho técnico, mas voltado para as comunidades, já fizemos um inventário de todos os grupos, formações contínuas e permanentes com todos, temos outro espaço que é o Museu da Tabanca alvo de uma reformatação, não só enquanto museu, mas enquanto futuro núcleo de investigação que acolherá o Centro de Investigação sobre a Tabanca. Há todo o inventário que já foi finalizado, há todo o trabalho a nível dos grupos, não só da atribuição do subsídio anual de 200 contos, agora iremos passar para uma outra fase que é a montagem de um dossier de candidatura, mas isso dependerá em larga medida da própria estratégia do Governo e do Ministério da Cultura e Indústrias Criativas. A nível do IPC, estamos a criar todas estas condições técnicas

Dulcina Mendes

Qual o balanço que faz dos 4 anos à frente do IPC?

Não digo que tenha sido extremamente positivo, porque faltou-nos afinar algumas linhas que têm sido o compromisso assumido com o senhor Ministro da Cultura e das Indústrias Criativas logo depois de aceitar esta missão. O grosso, ou as linhas mestras que tinham sido objectivadas logo de partida, conseguimos. O primeiro que era o mais importante e que tem a ver com as reformas institucionais. Quando refiro as reformas institucionais estou a falar da regularização do quadro pessoal do instituto. Já temos

um Plano de Cargos, Carreira e Salários (PCCS) alinhado com as exigências do próprio país e com as expectativas de todos os colaboradores do instituto. Quando me refiro às reformas, um outro ponto muito importante tem a ver com o quadro legal. Primeiro fizemos aprovar um novo estatuto do património cultural, que concorre em grande medida num sentido positivo com a própria legislação nacional, mas também com os internacionais, relativamente aos ditames das instituições que operam no sector do património cultural. Gostaria de mencionar, relativamente às reformas, que fizemos aprovar e que entrou a 23 de Maio em vigor, a nova lei-quadro dos Museus e a Rede Nacional dos Museus, permitindo ao

IPC assumir o seu papel fiscalizador nas iniciativas dos museus que temos aqui um pouco por todas as ilhas, tanto público como privado. Isso leva a que o museu tenha estatuto próprio, as iniciativas privadas têm que ter aqui a nuance por parte do IPC, mas acima de tudo é a previsibilidade que essa legislação dá às instituições privadas no quadro do financiamento geral do Estado. Durante esses 4 anos Cabo Verde aderiu a algumas convenções internacionais, uma expectativa da UNESCO, já que na nossa sub-região africana temos sido apontados como exemplo de boas práticas, relativamente a essas reformas. Relativamente a projectos estruturantes, relançamos em força o projecto do inventário

tanto a nível do património construído, material, religioso como a construção de uma plataforma acessível e de fácil consulta ao grande público, permitindo não só que as escolas, as universidades, mas também as instituições estatais possam ter aqui alguma previsibilidade em determinados actos. Um outro dado importante relativamente ao inventário, no caso particular do património imaterial, permitiu criar roteiros turísticos, não só a nível material, mas também do construído e dos museus, permitindo ou facilitando aos operadores económicos que lidam com o sector turísticos criar roteiros turísticos em sítios históricos e patrimoniais que sirvam e venham a servir como elementos preponderantes nas

com elementos significativos para a apresentação de um dossier que seja vencedor. O próprio ministro da tutela e o Governo têm isso em mente para os próximos anos.

Durante a sua gestão foram reabilitados vários patrimónios. Quais os mais importantes?

Durante este mandato de 4 anos, conseguimos reabilitar quase 20 edifícios de valor patrimonial com impacto financeiro de quase mil milhão de contos. Estamos a referir-nos às instituições que articulavam com o instituto, como é o caso das igrejas, mas também os privados e as câmaras municipais que reconhecem o investimento feito e o proveito que se pode tirar dessas intervenções e que não é somente da conservação dos monumentos mas também da sua própria valorização no sentido de serem úteis para a sociedade civil e para quem visita Cabo Verde. Referi um pouco da inclusão desses bens patrimoniais históricos em Cabo Verde nos roteiros turísticos, reposicionando o instituto dentro da dinâmica do desenvolvimento económico do país.

Ainda em relação à reabilitação, por que o IPC priorizou mais os patrimónios religiosos?

Não foi uma estratégia em vão, isso é preciso também desmistificar, a questão do uso dentro dos critérios utilizados para a montagem do projecto de reabilitação, não é que seja relegado para o último plano, não é isso, mas é o que menos pontuação tem. Ou seja, primeiro avalia-se o estado de conservação dos edifícios, quando digo estado de conservação estou a falar de edifícios que em muitos casos têm mais de dois séculos e cujas intervenções anteriores concorrerem para acelerar em grande medida a sua degradação, até ao momento da intervenção. Este é o principal critério, o estado de conservação. Depois, a sua



relevância histórica, patrimonial e o impacto que têm nas comunidades. Daí que no momento de passar para a selecção dos monumentos ou dos edifícios a serem reabilitados grande parte foi de edifícios de propriedade da igreja católica, explicando em certa medida a própria história de Cabo Verde sendo ela contemporânea da presença da igreja católica em Cabo Verde. Mas, voltando à sua questão, o inventário do património permitiu-nos ter uma real noção a nível nacional do estado de conservação de todos os edifícios. Estamos a falar de cerca de 1.100 edifícios inventariados e georreferenciados com fichas individualizadas. Da questão da história, do impacto que tem na comunidade ou não, o item que tem mais peso nas próprias fichas é o estado de conservação dos edifícios. Ainda não sabemos se teremos um eixo dentro do Programa de Requalificação, Reabilitação e Acessibilidades (PRRA), para reabilitação do património, mas o que posso adiantar é que dos 31 edifícios que tinham sido sinalizados para esta primeira fase conseguimos reabilitar 20, o que já é muito bom por si só atendendo ao estado de degradação da maioria deles. Há um facto que gostaria de salientar

é que em todas as ilhas, em termos territoriais, há uma presença do eixo quadro do PRRA de reabilitação dos edifícios históricos, independentemente do uso.

Falando agora da Morna, existe ainda a questão da salvaguarda. Como é que está este processo?

A questão da Morna, assim como outros bens classificados como património nacional, a questão que se coloca é o contexto sanitário em que vivemos hoje. Primeiro, por um lado, grande parte das actividades previstas no quadro do Plano Salvaguarda da Morna exigem, em certa medida, a aglomeração de pessoas. Estou a falar de concertos, conferências e outras actividades científicas, que exigem a presença e molduras humanas, desaconselháveis para o momento que Cabo Verde e o mundo atravessam. Por outro lado, exigia e exige algum investimento. Por exemplo, uma conferência, sobretudo internacional, refiro-me às actividades que constam do plano de salvaguarda, exigem uma mobilização financeira muito grande. Tivemos algumas actividades que, em concertação com a UNESCO, serão relegadas para os próximos anos. Existem ou-

tras actividades que foram realizadas cujo impacto no quadro da salvaguarda e o compromisso assumido com a UNESCO traduziram-se numa nota positiva, como por exemplo, espaço de interpretação, como são os casos da Casa Museu de Eugénio Tavares na Ilha Brava, a Casa da Morna Sodade, na Praia Branca, em Tarrafal de São Nicolau, que são dois espaços aqui apresentados à UNESCO como materialização efectiva de um dos eixos estratégicos no Plano de Salvaguarda. Está previsto para este ano o lançamento de um edital para investigação relativo à temática morna e estamos só à espera da aprovação do Orçamento Rectificativo para que possamos avançar, ficando, como disse, as outras actividades que exigem em certa medida a presença de grande moldura humana e que o contexto sanitário não permite.

E para os próximos tempos, o que o IPC tem programado?

Primeiro estamos à espera da aprovação do Orçamento Rectificativo. Já temos a garantia de continuidade, não só do Ministro da Cultura e das Indústrias Criativas como da própria equipa do IPC. A

primeira coisa que iremos fazer nos próximos dias [a entrevista foi realizada no dia 24 de Maio] é termos um encontro com o senhor Ministro da Cultura para termos uma linha orientadora para a legislatura que hora se inicia, mas em termos globais, também foi um pedido do IPC, mais do que trazer novos projectos é preciso consolidar e reposicionar o sector. Por isso, a dada altura disse que será uma das grandes prioridades a elaboração do plano estratégico do sector do património cultural aqui em Cabo Verde. Em termos de projectos, iremos consolidar todo o quadro legal que foi iniciado há pouco tempo. Agora é preciso um tratamento diferente em relação à legislação que será sobre a regulamentação, porque não vale a pena produzirmos aqui regimes jurídicos e leis para os guardar na gaveta. É preciso uma regulamentação e passar para a sua efectivação, por isso é importante reforçar que a consolidação das reformas, dos processos iniciados há dois, três anos, vai ser uma das prioridades. Para os próximos anos, naturalmente que será direccionado para a Cidade Velha, para o seu relançamento enquanto património mundial. Há aqui algum trabalho que é preciso ser feito dentro do contexto orçamental e financeiro, mas também social e sanitário que temos e consolidar o programa Museus de Cabo Verde. Aliás, o senhor Ministro já tinha dito que a questão dos museus, ou o reposicionar dos Museus em Cabo Verde terá que ser uma questão de desenvolvimento sustentável a todos os níveis. Isso requer naturalmente esforço técnico e orçamental que, sem dúvida, teremos que ter a sensibilidade do próprio Governo e do corpo técnico do IPC para que possamos levar isso avante. Logo após as instruções da tutela iremos elaborar um novo plano de actividade e redesenhar estratégias para consolidar todos os ganhos alcançados até ao momento.

DESPORTO

Lisandro Semedo, aos 44' da primeira parte e Willy Semedo, aos 84' da segunda, desenharam dentro das quatro linhas a frase de Vinícius de Moraes, "a diferença de uma paixão eterna e a lembrança de um gol bonito é que a lembrança desse gol dura mais".



🕒 Cabo Verde 2 Brasil 1

Tubarões Azuis vencem campeão olímpico

Desde 1895 que os brasileiros sabem o que é o futebol, o desporto mais popular do país e que, como resumiu Carlos Drummond de Andrade, "joga-se na praia, joga-se na rua, joga-se na alma". 126 anos depois, os brasileiros ficaram a conhecer o futebol do Brasilin, um futebol também feito de ginga e fintas, de bola no pé, um futebol chei di ligria, chei di cor.

Jorge Montezinho

Sábado, 16h em Cabo Verde, na longínqua Belgrado, capital da Sérvia, no Estádio Partizan, era dado o pontapé de saída do particular entre Cabo Verde e a selecção olímpica do Brasil, equipa, (ou time, como dizem os brasileiros) recheada de craques, desde o central Gabriel Magalhães, do Arsenal de Londres, aos centro-campistas Bruno Guimarães, do Lyon, Gerson, do Flamengo e de malas feitas para o Marselha, terminando nos avançados Antony, do Ajax de Amesterdão, ou Rodrygo,

do gigante Real Madrid. No banco ainda havia, entre outros, Malcolm, que já passou no Barcelona, Reinier, no Dortmund por empréstimo do Real Madrid, e Evanílson, do FC Porto.

Do outro lado, uma equipa cabo-verdiana em renovação. Tirando Vozinha e Stopira, todos os outros atletas não chegavam à dezena de internacionalizações.

Os torcedores brasileiros esfregavam as mãos, esperando ver o vendaval da equipa que quer repetir o título olímpico em Tóquio. E houve de facto um vendaval, mas o que os brasileiros parecem desconhecer é que os furacões

nascem em Cabo Verde e daí dirigem-se para o continente americano.

No final, duas horas depois, os Tubarões Azuis festejavam a vitória por 2-1, milhões de brasileiros desceram à terra e, lendo o que escreveram nas redes sociais, ficaram a conhecer três coisas: onde fica o arquipélago de Cabo Verde, que tem uma selecção de futebol e que por cá também se fala português.

O choque é melhor entendido no Facebook da Confederação Brasileira de Futebol. Esta terça à tarde, os 738 comentários faziam do triunfo cabo-verdiano o post mais comentado da página, reacções que iam do "perder

pra Cabo Verde é o fim", ao "perdeu pra cabo verde vai ganha de quem", passando pelo divertido "se não ganha de cabo verde imagina das maduras", ou pelo fatalista "o futebol brasileiro morreu", até ao carnavalesco comentário à exibição dos jogadores brasileiros "um bando de perninhas mascaradinhos".

Sim, é certo que o Brasil teve 78 por cento da posse de bola, contra 22 da equipa cabo-verdiana, mas também é certo que os Tubarões Azuis puseram em prática o que dizia o célebre treinador brasileiro Neném Prancha, "futebol é muito simples: quem tem a bola, ataca; quem não tem, defende".

E Cabo Verde soube defender, mas também soube marcar. Lisandro Semedo, aos 44' da primeira parte e Willy Semedo, aos 84' da segunda, desenharam dentro das quatro linhas a frase de Vinícius de Moraes, "a diferença de uma paixão eterna e a lembrança de um gol bonito é que a lembrança desse gol dura mais".

Para a memória, e para a história, fica esta vitória cabo-verdiana sobre o gigante sul-americano. Para os torcedores do lado de lá do Atlântico, fica o drama que dá razão ao escocês Bill Shankly, "o futebol não é uma questão de vida ou de morte. É muito mais importante que isso..."

Aprovado primeiro tratamento “eficaz” contra Alzheimer. Muita esperança, alguma controvérsia

A Food and Drug Administration (FDA), o regulador dos Estados Unidos para a alimentação e medicamentos, aprovou, pela primeira vez desde 2003, um novo medicamento para tratar o Alzheimer – que parece ser eficaz.



Um novo medicamento contra o Alzheimer, o primeiro a ser aprovado em quase 20 anos, recebeu, como notícia o zap.aeiou.pt, esta segunda-feira, aprovação da FDA, o que permite a sua produção industrial e distribuição para tratamento da doença, que afecta milhões de pessoas em todo o mundo.

O fármaco, Aduhelm, que segundo a FDA é o “primeiro tratamento dirigido à fisiopatologia subjacente ao Alzheimer”, detecta placas beta-amiloides no cérebro, remove estas placas e desacelera o avanço da doença. Os efeitos benéficos ainda não são totalmente conhecidos, mas os resultados dos testes são promissores, diz o regulador.

“Isto não é uma cura. A esperança é que possa desacelerar o progresso da doença”, alertou Petersen. “Este é um grande dia, mas não podemos prometer demais”, realçou Ronald Petersen, especialista em Alzheimer da Mayo Clinic,

nos Estados Unidos, citado pela agência Reuters.

Este é primeiro fármaco considerado capaz de combater a doença de Alzheimer, mas a sua aprovação está rodeada de controvérsia. O tratamento foi aprovado com recurso à via de Aprovação Acelerada.

Este mecanismo permite à autoridade norte-americana aprovar um fármaco para tratar uma doença grave ou potencialmente fatal, que possa proporcionar um benefício clínico apesar de alguma incerteza residual em relação a esse benefício, permitindo que os doentes tenham acesso ao mesmo.

Resultados e controvérsia

O comunicado da FDA salienta que “a agência concluiu que os benefícios do Aduhelm para os pacientes com doença de Alzheimer superam os riscos da terapia”.

Os ensaios clínicos mostram que este medicamento é o primeiro capaz de conseguir “uma redução das placas beta-amiloides no cérebro, uma descoberta marcante para o tratamento de pacientes com Alzheimer, que pode levar a uma redução no ritmo do declínio clínico” desta forma de demência.

O pedido de aprovação do novo medicamento, desenvolvido pela farmacêutica norte-americana Biogen, foi submetido à FDA em 2019 e à Agência Europeia de Medicamentos (EMA) em 2020.

Grupos de defesa de doentes de Alzheimer e alguns neurologistas saúdam a aprovação do uso do Aduhelm, que consideram uma opção eficiente para o tratamento da doença. No entanto, alguns médicos consideram que os primeiros resultados dos testes clínicos são ainda inconsistentes e que são necessárias ainda mais evidências.

NASA anuncia duas missões a Vénus

A agência norte-americana diz que concederá cerca de 500 milhões de dólares para o desenvolvimento de cada missão.

A NASA anunciou, na passada sexta-feira, que vai lançar duas missões a Vénus entre 2028 e 2030 para estudar as características atmosféricas e geológicas deste planeta irmão da Terra e entender assim melhor qual a razão para os dois planetas serem tão diferentes. A agência norte-americana, citada pelo jornal Público, diz que concederá cerca de 500 milhões de dólares para o desenvolvimento de cada missão – são elas a DAVINCI+ (*Deep Atmosphere Venus Investigation of Noble Gases, Chemistry and Imaging*) e a VERITAS (*Venus Emissivity, Radio Science, InSAR, Topography and Spectroscopy*).

A DAVINCI+ medirá a composição da densa atmosfera de Vénus para se entender melhor como é que evoluiu. Já a VERITAS mapeará a superfície do planeta a partir da sua órbita para ajudar a determinar a sua história geológica, revelou a NASA.

Da DAVINCI+, que consiste num veículo espacial e uma sonda, espera-se que cheguem as primeiras imagens de alta resolução de características geológicas únicas em Vénus, as chamadas “tesserae”.

Vénus é um planeta vizinho da Terra e o segundo planeta mais próximo do nosso Sol. Vénus é semelhante em estrutura, embora ligeiramente mais pequeno que nosso planeta, e é muito mais quente. Tem uma atmosfera tóxica que consiste sobretudo em dióxido de carbono com nuvens com gotículas de ácido sulfúrico. A consequência é um efeito de estufa descontrolado que queima a superfície de Vénus em temperaturas de até 471 graus Celsius – quente o suficiente para derreter chumbo. O “ar” em Vénus é tão denso e pressurizado que se comporta mais como um fluido do que como um gás perto da superfície. 



Foi bonita a festa, pá

No passado dia 1 de Junho, quando terminou a Taça de Cabo Verde veio-me à memória a frase “Foi bonita a festa, pá» da célebre canção de Chico Buarque “Tanto mar».

A festa final foi realmente bonita, mas para se chegar lá, teve que haver um princípio e um meio, tal qual numa partida de xadrez em que passamos pela abertura, meio-jogo e final.

Com isto quero dizer que para se chegar a este fim houve muito “caminho” percorrido, muitos obstáculos contornados e algum suor escorrido.

Para haver esta festa, foi necessário, acima de tudo, competência: na concepção da prova, na apresentação da competição, na captação de aderentes, na organização e acompanhamento das diversas provas regionais, na escolha das parcerias, no cuidado da divulgação mediática, na gestão financeira, etc.

Muitos dos que participaram na festa nem se aperceberam do quão difícil foi organizar e realizar esta Taça de Cabo Verde.

E, para a existência das dificuldades, muito contribuiu o facto de estarmos a atravessar por uma grave pandemia, sendo grande parte da competição jogada em tempos de “Estado de calamidade”.

A situação dos transportes inter-ilhas foi uma dor de cabeça a acrescentar complexi-

dade a toda a operação da Fase Nacional da novel competição.

Falhas? Também as houve! Numa realização desta natureza, acontecem sempre falhas, que vamos colmatando, conforme podemos, tentando não repeti-las em ocasiões futuras, onde outras falhas certamente surgirão.

Mas, no final, em clima de festa, a satisfação do dever cumprido era mais uma vez o sentimento que me dominava, enquanto percorria o filme destes 5 meses em que a Taça de Cabo Verde ocupou grande parte do meu tempo (desde a sua concepção até ao regresso a casa de todos os intervenientes).

Nesse filme, passou o momento em que, durante as inscrições, fui pressionando os líderes das Associações Regionais para se associarem a este retomar das competições presenciais nas suas regiões; passou o momento da surpresa de quem tinha projectado 40/50 inscrições e acabou recebendo 93; passou o momento da maratona que foi a planificação e realização do sorteio da Fase Regional; passou o momento das decisões relativamente à realização e organização da Fase Nacional e muitas outras cenas de agradável memória, como o convívio que foi proporcionado aos intervenientes e convidados durante a fase Nacional, em Santo Antão.

Assim como Roma e Pavia não se fizeram num dia, tam-

bém para levarmos a efeito eventos desta natureza é conveniente não estar só e, contar com a colaboração de terceiros.

O enorme sucesso desta competição não seria possível sem o trabalho e colaboração das associações regionais e sem a prestimosa parceria do Município da Ribeira Grande de Santo Antão, que esteve com a Taça de Cabo Verde desde o início, primeiro através do vereador do Desporto, Paulo Rodrigues e depois, também, através do próprio presidente, Eng. Orlando Delgado.

As condições oferecidas pela autarquia santoantonense foram de excelente qualidade, elevando a fasquia das competições xadrezísticas nacionais, para patamares que não nos envergonhariam em lado nenhum do mundo, bem pelo contrário, há muitas competições do jogo dos reis, por esse mundo fora, que não conseguem chegar aos calcanhares do que assistimos, em Santo Antão, de 29 de Maio a 1 de Junho.

Uma palavra de apreço para todo o Staff que nos acompanhou, permitindo que fossem cumpridos os procedimentos sanitários de forma a mitigar o risco de contágio da COVID-19, bem como prevenir qualquer tentativa de utilização de meios ilícitos que defraudassem a verdade desportiva, pois é bom lembrar que a competição final foi transmitida, via internet, para todo o mundo, sendo as-

sim possível que, qualquer telemóvel com um engine, analisasse as partidas em disputa.

A comunicação social foi também um excelente aliado desta primeira Taça de Cabo Verde, fazendo a cobertura mediática da competição, desde a sua apresentação até ao levantar da Taça.

Taça que foi erguida por Éder Pereira, jogador que representa a ODERF (Sal), um brilhante vencedor, que garantiu a sua conquista após a vitória na 3.ª partida (em 4), evidenciando superioridade sobre o seu adversário final, Luís Fernandes, representante do Mindelense (S. Vicente), o centenário clube nacional.

Na luta pelo 3.º lugar, Ivandro Rosa, representando a Casa do Benfica da capital, também só necessitou de 3 partidas para garantir o último lugar do pódio, relegando assim, para 4.º lugar, Diogo Neves, também ele, jogador do Mindelense.

É de referir que o jogador mais novo da competição (17 anos), Lian Fonseca, do Grupo Sportivo da Escola Baltazar Lopes da Silva (S. Nicolau), foi o único que bateu o vencedor Éder Pereira, na 2.ª partida da 1.ª eliminatória, a quem aplicou um belo mate, obrigando à partida de desempate onde, naturalmente, o jovem Lian, claudicou.

Além das partidas da Taça, durante os 4 dias de xadrez na



por **Francisco Carapinha**

Presidente da Federação Caboverdiana de Xadrez

Ribeira Grande, também houve lugar para um Torneio de Partidas Rápidas (5 minutos KO), vencido por Ivandro Rosa, uma simultânea com crianças conduzida por Célia Rodriguez Guevara e uma simultânea aberta a todos, conduzida pelo Mestre Internacional e Director Técnico da FCX, Mariano Ortega.

Aproveitando a estadia do Mestre Ortega, e de Célia Rodriguez, presentes por iniciativa da FCX, os jogadores da taça, e alguns jogadores de Santo Antão, tiveram oportunidade de jogar algumas partidas (essencialmente rápidas) com o Mestre.

Agora, terminada a Taça, esperamos que não murchem a festa e, se isso acontecer, os jogadores de Santo Antão, regressados à competição nesta prova, devem aproveitar a semente que, certamente, a Taça deixou em algum canto do jardim.

//Descobrir as 7 Diferenças



//Sudoku

	2							
		5					7	
7		9						
		6						
				7		8	3	
4			5					
				4			3	



HORÓSCOPO

AQUÁRIO
(20 de Janeiro/18 Fevereiro)

Os astros trazem-te uma semana bastante equilibrada e dificilmente serás apanhado de surpresa por acontecimentos negativos. Embora exigente estarás satisfeito com a evolução conjuntural.

PEIXES
(19 Fevereiro/20 Março)

A conjuntura traz focos de perturbação, alguns acontecimentos tendem a levar-te a reacções furiosas, que por excessivas podem afectar a razão. Faz maior apelo à moderação e ao bom senso.

CARNEIRO
(21 Março/19 Abril)

Separa a vida profissional da afectiva e não deixes que as tuas emoções sejam uma barreira na tomada de decisões profissionais. Terás de confiar mais na tua intuição e dar respostas mais rápidas.

TOURO
(20 Abril/20 Maio)

A conjuntura coloca-te em posição de controlar a evolução dos acontecimentos e de saíres favorecido de toda e qualquer ocorrência. Esta é uma semana forte e estarás sujeito a avaliações de mérito.

GÉMEOS
(21 Maio/21 Junho)

Estás muito lúcido, objectivo e eficaz marcando pontos em todas as situações em que te envolveres. Pode dizer-se que o êxito marca o teu caminho com rumo definido e passos certos.

CARANGUEJO
(22 Junho/22 Julho)

Esta semana terá uma conjuntura com dificuldades gerais; há indícios de instabilidade geral, sobretudo se te deixares influenciar por ambientes ou pessoas. Tenta seguir as tuas ideias com coerência.

LEÃO
(23 Julho/ 22 Agosto)

Alguns problemas serão criados por terceiros e não por ti e podem pôr em causa muito dos teus esforços. A conjuntura simboliza acontecimentos imprevistos desagradáveis.

VIRGEM
(23 Agosto/22 Setembro)

Algumas realidades poderão revelar-se duras e os assuntos tendem a desenrolar-se de uma forma bastante lenta. Tens ao seu alcance os mecanismos que necessitas para resolver as situações, busca reservas de força de vontade.

BALANÇA
(23 Setembro/ 22 Outubro)

Atravessas uma fase com obstáculos ao desenvolvimento harmonioso dos acontecimentos, nem a conjuntura, nem a tua força anímica colhem boas influências. Mantenha-te atento para poderes aproveitar o mínimo indicador de mudança.

ESCORPIÃO
(23 Outubro/21 Novembro)

Semana de acontecimentos marcantes com grande peso nas evoluções mais próximas. Sê muito frontal na abordagem das situações, doa a quem doer. O realismo é essencial no tratamento de questões económicas.

SAGITÁRIO
(22 Novembro/21 Dezembro)

Esta semana haverá uma alteração de planos, independentemente ou não da tua vontade. A conjuntura vai levar-te a um reajustamento de estratégias, tendo em conta novos factos que surgirão na tua vida.

CAPRICÓRNIO
(22 Dezembro/ 19 Janeiro)

Semana muito activa, mas não exageres em nada que fizeres. Segue os teus palpites, embora procurando fundamentar perante os outros as tuas opções. A transparência é fundamental em todas as atitudes. Na saúde sentirás energias ascendentes.

telefones úteis

- BOA VISTA**
Bombeiros 2511141 | Hospital 2511167
Polícia 2511132
- BRAVA**
Bombeiros 2851313 | Hospital 2851130
Polícia 2851132
- Fogo //Mosteiros**
Bombeiros 2831038 | Hospital 2831034
Polícia 2831073
- Fogo //São Filipe**
Bombeiros 2811313 | Hospital 2811130
Polícia 2811132
- Maio**
Bombeiros 2551335 | Hospital 2551130
Polícia 2551132
- Sal**
Bombeiros 2411131 | Hospital 2421130
Polícia 2421132
- Santiago //Calheta**
Bombeiros 2731132 | Hospital 2731130
- Santiago //Praia**
Bombeiros 133
Hospital 130
Polícia 132
- Santiago //Santa Catarina**
Bombeiros 2651307 | Hospital 2651130
Polícia 2651132
- Santiago //São Domingos**
Bombeiros 2681240 | Hospital 2681130
- Santiago //Santa Cruz**
Bombeiros 2691313 | Hospital 2691330
Polícia 2691332
- Santiago //Tarfal**
Bombeiros 2661155 | Hospital 2661130
Polícia 2661132
- Santo Antão //Paul**
Hospital 2231130 | Polícia 2231292
- Santo Antão //Ponta do Sol**
Hospital 2251130 | Polícia 2251132
- Santo Antão //Porto Novo**
Bombeiros 2221223 | Hospital 2221130
Polícia 2221132
- Santo Antão //Ribeira Grande**
Hospital 2251130 | Polícia 2251132
- São Nicolau**
Bombeiros 2361162 | Hospital 2351130
Polícia 2351132
- São Vicente**
Bombeiros 2325231 | Hospital 2327355
Polícia 2314631

FARMÁCIAS DE SERVIÇO

Praia			São Vicente		
09/06 Farmácia Avenida	12/06 Farmácia Universal	15/06 Farmácia Central	09/06 Farmácia Leão	12/06 Farmácia Jovem	15/06 Farmácia Leão
10/06 Farmácia Stá. Isabel	13/06 Farmácia 2000		10/06 Farmácia Nena	13/06 Farmácia Mindelo	
11/06 Farmácia A. S. Filipe	14/06 Farmácia Moderna		11/06 Farmácia Higiene	14/06 Farmácia Avenida	



Banco de Cabo Verde

As taxas aqui retratadas são as praticadas nas operações entre o BCV e as instituições de crédito. As taxas praticadas por estas últimas nas operações com os seus clientes estão liberalizadas, com excepção do câmbio com o Euro que é fixo.

Taxas de Juro

Data	Tipo	Taxa (%)
01/04/2020	Taxa Directora	0,2500
01/04/2020	Absorção de liquidez	0,0500
01/04/2020	Cedência de liquidez	0,5000
01/04/2020	Redesconto	1,0000
07/05/2021	Taxa Base Anual	1,0267
01/04/2020	Operação Monetária de Financiamento a longo prazo	0,7500

Títulos do BCV - Últimas Emissões

Data	Tipo	Taxa (%)
07/05/2021	Títulos de Regularização Monetária (14 dias)	0,2500
13/05/2021	Títulos de Intervenção Monetária (181 dias)	0,2500
17/05/2021	Títulos de Intervenção Monetária (182 dias)	0,2500
25/05/2021	Títulos de Intervenção Monetária (181 dias)	0,2500
03/06/2021	Títulos de Intervenção Monetária (181 dias)	0,2500
04/06/2021	Operação Monetária de Financiamento (2 Anos)	0,7500

Títulos da Dívida Pública - Últimas Emissões

Data	Tipo	Taxa (%)
23/04/2021	Obrigações do Tesouro 4 anos	2,8750
04/05/2021	Obrigações do Tesouro 5 anos	2,8750
07/05/2021	Bilhetes do Tesouro 360 anos	1,0000
13/05/2021	Obrigações do Tesouro 10 anos	3,0625
18/05/2021	Obrigações do Tesouro 3 anos	2,8750
21/05/2021	Obrigações do Tesouro 4 anos	2,9375
03/06/2021	Obrigações do Tesouro 4 anos	3,0000

Taxas de Câmbio de 08-06-2021

	Moeda	Unid.	Compra	Venda
ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA	USD	1	90,563	90,765
INGLATERRA	GBP	1	128,325	128,628
CANADÁ	CAD	1	75,037	75,178
SUIÇA	CHF	100	10 078,211	10 090,987
JAPÃO	JPY	100	82,855	82,982
DINAMARCA	DKK	100	1 481,330	1 484,019
NORUEGA	NOK	100	1 096,005	1 098,695
SUÉCIA	SEK	100	1 095,168	1 098,025
ÁFRICA DO SUL	ZAR	1	6,626	6,828
CHINA	CNY	100	1 417,379	1 417,379
BRASIL	BRL	1	17,962	17,962
SENEGAL	XOF	100	16,810	16,810

Obs: Para mais informações, consulte WWW.BCV.CV

FAÇA UM UP NA GESTÃO DOS SEUS NEGÓCIOS

COM A APP **GARANTIA MOBILE** E A ÁREA RESERVADA DE CLIENTES **MY GARANTIA**, PODE GERIR OS SEGUROS DA SUA EMPRESA ONDE QUER QUE ESTEJA E QUANDO PRECISAR.

FÁCIL DE ENTENDER, RÁPIDA DE SE UTILIZAR E DISPONÍVEL 24 HORAS POR DIA

• **O ESSENCIAL, ARRUMADO**

- o Consulte todos os documentos das suas apólices de seguro

• **GESTÃO EM TEMPO REAL**

- o Efetue pagamentos e obtenha os comprovativos
- o Acompanhe a resolução dos processos de sinistros
- o Mantenha os dados atualizados

NO SEU SMARTPHONE

- Faça Download da APP Garantia Mobile no Google Play ou na Apple Store

NO SEU COMPUTADOR

- A partir do website www.garantia.cv aceda à sua área reservada de clientes "My Garantia"

SERVIÇOS SEGURAMENTE A PENSAR NA GESTÃO DA SUA EMPRESA

